

PACTO PELA VIDA RECIFE

PLANO MUNICIPAL
DE SEGURANÇA URBANA
E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

1	UM COMPROMISSO COM A VIDA	5
2	SOCIEDADE PARTICIPATIVA	6
3	PALAVRA DO ESPECIALISTA	9
4	DIAGNÓSTICO	10
4.1	PERNAMBUCO: PACTO PELA VIDA E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA	12
4.2	RECIFE: CAUSAS E DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE	12
4.3	SEGURANÇA URBANA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	13
5	PACTO PELA VIDA DO RECIFE	15
6	EIXO TEMÁTICO I: CONTROLE SOCIAL E ORDENAMENTO URBANO	18
6.1	ESPAÇOS URBANOS SEGUROS	19
6.2	ORDENAMENTO DA CIDADE	19
6.3	MOBILIDADE E CIDADANIA	21
6.4	GUARDA MUNICIPAL	23
7	EIXO TEMÁTICO II: PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA	24
7.1	INTEGRALIDADE PREVENTIVA E TERRITORIALIDADE	25
7.2	FOCO NA JUVENTUDE	26
7.3	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA	26
7.4	CIDADE SEGURA PARA AS MULHERES	27
7.5	ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	28
7.6	POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA MINORIAS	29
8	EIXO TEMÁTICO III: RECUPERAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO	30
8.1	INTERRUPÇÃO DE CARREIRAS CRIMINOSAS E REINserÇÃO SOCIAL	31
8.2	DEPENDÊNCIA QUÍMICA	32
8.3	ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	33
9	EIXO TEMÁTICO IV: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURA CIDADÃ	34
9.1	PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA ATIVA	35
10	MODELO DE GESTÃO	34
10.1	COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA	37
10.2	INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE	37
10.3	ESTABELECIMENTO DE METAS E TERRITORIALIDADE	38
10.4	PLANOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA URBANA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	38

EXPEDIENTE

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

www.recife.pe.gov.br

PREFEITO | **GERALDO JULIO**

VICE- PREFEITO | **LUCIANO SIQUEIRA**

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO | **ALEXANDRE REBÊLO**

SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA

seseg.rec@recife.pe.gov.br | 81 3355.8680

SECRETÁRIO | **MURILO CAVALCANTI**

SECRETÁRIO EXECUTIVO | **EDUARDO MACHADO**

GERENTE-GERAL DE ARTICULAÇÃO INTRAGOVERNAMENTAL | **KARLA VIEIRA**

GERENTE-GERAL DE OPERAÇÕES | **JONAS BARBOSA**

COMANDANTE DA GUARDA MUNICIPAL | **MARCÍLIO DOMINGOS**

GERENTE DE ANÁLISE CRIMINAL | **EDUARDO DE ALENCAR**

CONSULTORES | **JOSÉ LUIZ RATTON**
SÉRGIO BUARQUE

DIREÇÃO DE CRIAÇÃO | **GUSTAVO CARVALHO**

PROJETO GRÁFICO | **PEDRO OTAVIANO**

ILUSTRAÇÕES | **AYODÊ FRANÇA**

MARCA 'PACTO PELA VIDA DO RECIFE' | **PLANO b) COMUNICAÇÃO**

O Pacto Pela Vida do Recife expressa o compromisso do Governo Municipal com a segurança e a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, uma conclamação pública à sociedade recifense para uma ação integrada de enfrentamento à criminalidade e à violência urbana. A preservação da vida dos recifenses é dever fundamental da Prefeitura do Recife, enfrentando com coragem, ousadia e criatividade o desafio dos altos índices de criminalidade que ainda persistem na cidade. O Governo Municipal assume a responsabilidade direta na segurança pública porque entende que todas as instâncias devem atuar de forma cooperativa e mobilizando a sociedade local em um grande esforço coletivo de valorização da vida.

O Governo Municipal considera que a violência não é um problema apenas de polícia e tem causas profundas que exigem uma ação pública sobre os determinantes básicos da criminalidade: degradação do espaço urbano, carências dos serviços públicos, desorganização da vida social, desocupação dos jovens, propagação das drogas e ausência de participação da sociedade. Embora a repressão seja necessária para conter o ciclo de violência e impunidade, a redução da criminalidade exige um esforço integrado no ordenamento urbano, na prevenção e na recuperação de áreas de risco e de segmentos vulneráveis da população.

A prefeitura lança o Pacto Pela Vida do Recife como uma política pública voltada para a reversão das causas da criminalidade envolvendo, numa ação convergente e integrada, todas as secretarias e áreas de atuação do Governo Municipal. A Secretaria de Segurança Urbana tem um papel importante na implementação do Pacto Pela Vida, mas esta é política e compromisso do prefeito da Cidade do Recife que assume pessoal e diretamente a condução desta luta pela vida, mobilizando todas as energias da gestão.

O pleno sucesso do Pacto Pela Vida do Recife requer ainda a parceria com o Governo do Estado e a União, a cooperação com as outras prefeituras da Região Metropolitana e a integração com o Poder Judiciário, Legislativo e o Ministério Público. Além disso, a participação da sociedade é fundamental para a aplicação do plano, da mesma forma que foi importante na sua elaboração através da consulta pública realizada no último mês de abril.

O pacto foi construído em três etapas: reunião de secretariado, consulta pública e sistematização. Inicialmente, houve a realização de uma reunião com todo o secretariado da prefeitura no dia 1 de abril, conduzida pessoalmente pelo prefeito, para definir as diretrizes gerais e a metodologia de elaboração do programa. Com base nesta discussão, foi elaborada uma cartilha de princípios básicos que serviu de ponto de partida para as sugestões e análise crítica da sociedade numa grande consulta pública envolvendo quase 600 pessoas no dia 6 de abril; esta consulta gerou propostas e sugestões da sociedade para complementação e melhoria do plano. Finalmente, as propostas e sugestões foram organizadas e incorporadas neste documento que constitui o Pacto Pela Vida do Recife agora apresentado a toda a população recifense.

ASSINAM:

Geraldo Julio | Prefeito ■ **Luciano Siqueira** | Vice-Prefeito ■ **Alexandre Rebêlo** | Secretaria de Planejamento e Gestão
Ana Rita Suassuna | Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos ■ **Antônio Alexandre** | Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano ■ **Carlos Percol** | Secretaria de Imprensa ■ **Cida Pedrosa** | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Fred Oliveira | Secretaria de Relações Institucionais ■ **Eduardo Granja** | Secretaria de Habitação ■ **Felipe Carreras** | Secretaria de Turismo e Lazer ■ **George Braga** | Secretaria de Esportes e Copa do Mundo ■ **Jailson Correia** | Secretaria de Saúde ■ **João Batista** | Secretaria de Saneamento ■ **João Braga** | Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano ■ **Lauro Gusmão** | Chefe do Gabinete de Representação em Brasília ■ **João Guilherme Ferraz** | Chefe do Gabinete de Projetos Especiais ■ **Leda Alves** | Secretaria de Cultura
Marconi Muzzio | Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas ■ **Marília Arraes** | Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional ■ **Murilo Cavalcanti** | Secretaria de Segurança Urbana ■ **Nilton Mota** | Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos
Ricardo Correia | Secretaria de Assuntos Jurídicos ■ **Roberto Lessa** | Fundação de Cultura ■ **Roberto Pandolfi** | Secretaria de Finanças ■ **Roberto Arraes** | Controladoria Geral do Município ■ **Rodrigo Farias** | Chefe de Gabinete do Prefeito ■ **Rodrigo Vidal** | Secretaria Executiva de Direitos dos Animais ■ **Sileno Guedes** | Secretaria de Governo e Participação Social ■ **Silvia Cordeiro** | Secretaria da Mulher
Valmar Corrêa | Secretaria de Educação

Este documento foi concebido com a colaboração de 575 pessoas que participaram da **Consulta Pública**, realizada pela Prefeitura do Recife no dia 6 de abril de 2013, e por outras 300 que enviaram suas opiniões via internet. Todas as sugestões repassadas foram analisadas e levadas em consideração na elaboração do plano.

Lista de colaboradores:

ABELARDO BARBOSA BATISTA
ADALBERTO FREITAS FERREIRA
ADEILDO JOSE SILVA
ADEILSON MARTINS
ADEILTON JOSÉ DA SILVA
ADELINE AREIAS
ADENISIO PEREIRA CORREIA
ADERALDO DE OLIVEIRA FLORÊNCIO
ADERBAL MEDEIROS
ADILSON ARAUJO DE OLIVEIRA
ADRIANA SILVA
ADRIANO FREITAS RIBEIRO
ADRIANO JESUS A.DE MIRANDA
ADROALDO FIGUEIREDO
ADROALDO ROCHA LEITÃO
AERTO DE BRITO LUNA
AGNES MAIA
AGOSTINHO FERRAZ
AILTON MORAES DOS SANTOS
AIRTON PESSOA DA SILVA
AKILA DOS ANJOS
ALCINO ALVES
ALDEMIR DAVI ALEXANDER
ALESSANDRA DE FARIAS
ALESSANDRO CARVALHO
ALESSANDRO DA SILVA LIMA
ALESSANDRO SENA
ALEX LINDOSO
ALEX SANDRO TENÓRIO VILA NOVA
ALEXANDRA GUIMARAES
ALEXANDRE DE MELO SALES
ALEXANDRE DE OLIVEIRA BUARQUE SILVA
ALEXANDRE FOOK DE MORAIS
ALEXANDRE GABRIEL
ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS
ALEXANDRE NAPOLIS
ALEXANDRE PEREZ
ALEXANDRE REBÊLO
ALEXANDRE SOARES DE ALBUQUERQUE
ALINE MARIA LUBAMBO LYRA PIRES
ALPIO RUFINO
ALMIR FERNANDO ALVES
ALMIR FERREIRA DA SILVA
ALPHEU DE OLIVEIRA LIRA NETO
ALUISIO OLIVEIRA DE ALMEIDA
ALYSON FONSECA LOPES DE QUEIROZ
AMARO CIPRIANO - MAGUARY
ANA CARCIOFI
ANA CECÍLIA GONZALEZ
ANA CLAUDIA RODRIGUES DE SANTANA
ANA EMILIA ALEXANDRE DE CARVALHO SILVA
ANA FARIAS
ANA LUCIA GONÇALVES BEZERRA ALVES
ANA LUCIA MAIA
ANA LUIZA
ANA MARIA DA SILVA
ANA MARIA ESCURRA
ANA MARIA PINHEIRO
ANA MARIA SOUZA FELIX
ANA PAULA FRANCISCA
ANA PAULA PORTELLA
ANA RITA SUASSUNA
ANACLETO CRESPO
ANAMARIA CARNEIRO
ANDERSON GARCIA
ANDERSON RAFAEL
ANDRÉ ALVES DA SILVA
ANDRÉ CARDOSO
ANDRE MUCIO RABELOS DE VASCONCELOS
ANDREA DE SOUZA
ANDREA PAULA DA SILVA COSTA
ANDREIK INDA
ANGELA CRISTINA LINS CALDAS
ANGELA OLIVEIRA
ANGELA WEBER
ANGELICA BRANDAO
ANNA VILLELA
ANTHONY LINCOLLY FERNANDES VIEIRA
ANTONIO ALEXANDRE
ANTONIO AMARO DOS SANTOS
ANTONIO BARBOSA
ANTONIO CAETANO DA SILVA FILHO
ANTONIO FERNANDO DA SILVA
ANTÔNIO JOÃO DOURADO
ANTONIO TERTULIANO
ANVETE LEAL
AQUILES LOPES
ARADY JOSÉ DA SILVA
ARITUZIA PESSOA
ARLYSON CAETANO
ARNALDO MONTEIRO CAVALCANTI FILHO
ARTHUR CUNHA
ARY SIQUEIRA DA CUNHA FILHO
ARYEN APOENA
AUGUSTA MARIA DE SANTANA MESQUITA
AUGUSTO CESAR E SILVA JORDÃO
AUGUSTO COSTA
AUREA DE FATÍMA AMARO DO NASCIMENTO
BALDOINO BRAGA
BARBARA RAQUEL DA SILVA
BASILIO BARBOSA MACIEL
BELENOS GOVANNON
BERNADETE FELIPE DE MELO
BERNARDO D'ALMEIDA
BISMARCK SARAIVA
BRASILIANO SANTOS
BRÁULIO MECCHI
BRUNO AMORIM MORAES
BRUNO DE PINHO ALVES
BRUNO FERRAZ
BRUNO SOUZA MACHADO
BRUNO VALENTE F. DOS SANTOS
BURGOS
CAIO RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA
CÂNDIDA VALÉRIA SANTOS BOMFIMM
CANNIBAL
CARLA CUNHA RODRIGUES
CARLA MAGDA MENEZES
CARLOS ALBERTO CARVALHO CORRÊA
CARLOS CASANOVA
CARLOS DE OLIVEIRA RIBEIRO
CARLOS FERNANDO SANTOS
CARLOS MARQUES DA SILVA
CARLOS PAES
CARLOS PERCOL
CARLOS SILVA
CATARINA ALBERTIN
CELSO SIEBRA
CÉSAR BARROS
CHARLES GUTIERRES
CIDA PEDROSA
CIRCE MONTEIRO
CLARISSA BARBOSA
CLAUDIA FRANCISCA DE AMORIM
CLAUDIA MARTINS DE AZEVEDO
CLAUDIA MILLANY
CLAUDIA MIRANDA
CLAUDIA VASCONCELOS
CLAUDIO ANDRADE
CLAUDIO FERREIRA DOS SANTOS
CLAUDIO MELO
CLAUDIO VICTOR
CLEBER ROMERO
CLEITON FARIAS
CLEITON MOREIRA DE OLIVEIRA
CRISTIANA MARIA SILVA LOPES DE LIMA
CRISTIANE MARIZ GOMES
CRISTIANO BORBA
CRISTIANO VALDEVINO DE SOUZA
CRISTINA BUARQUE
CRISTINA PATRÍCIA
CYNTHIA VIRGINIA FELIPE R. CAMELO DE LIMA
DANIEL VALENÇA
DANIELLA FERNANDES
DANIELLE MONTEIRO DE LIMA CORREIA
DANILO CERQUEIRA
DANILO MOREIRA DA SILVA
DAVID FRANCISCO DA SILVA
DEGENILDO TRAJANO DA SILVA
DENISLSON MOREIRA
DEYVSON DA SILVA
DIANA CAMARA
DIEGO ALBUQUERQUE
DIEGO COUTINHO
DIEGO FIRMINO COSTA DA SILVA
DIEGO MOURA
DIONE PEREIRA
DJALMA ERNANY SEIXAS
DJALMIR LUIZ LOPES DA SILVA
DORIVAL PEREIRA DE SANTANA
EDEN VASPAZIANO
EDICLÉA SANTOS
EDILENE ALVES DA SILVA
EDLÂNDIA LACERDA
EDMILSON DE SENA
EDMILSON MARQUES RIBEIRO
EDNALVA DA SILVA
EDNEIDE BRASIL LIRA
EDSON ALVES
EDSON ARAUJO SILVA
EDSON MOURA DE LIRA
EDSON SILVA
EDUARDO ALENCAR
EDUARDO GRANJA
EDUARDO HENRIQUE
EDUARDO JORGE AMORIM DA SILVA
EDUARDO JOSE DOS SANTOS
EDUARDO MACHADO
EDUARDO MACHADO DA SILVA
EDUARDO ROGERIO BRAGA COSTA E SILVA
EDUARDO VASCONCELOS RODRIGUES
ELAINE CARMO DA SILVA
ELIANE DE OLIVEIRA
ELIANE MENDES
ELIANE PINTO
ELIAS ANTONIO DA SILVA
ELIAS PEREIRA DE AMORIM JÚNIOR
ELIAS SALES
ELIDIANE ALVES
ELISANEIDE ALBUQUERQUE

ELISÂNGELA CORREIA
 ELIZABETE DE SOUZA GODINHO
 ELIZABETH MARIA PORTO CARREIRO SEVE-
 RIEN
 ELIZABETHE MARTINS CORREIA SOBRINHO
 ELIZO GOMES
 EMANUEL CLECIO DE OLIVEIRA
 EMANUEL DOS SANTOS
 EMANUEL MORAES LIMA DOS SANTOS
 EMERSON
 EMERSON VAZ
 ENES BEZERRA
 ENILDO CAETANO DOS SANTOS
 ERASMO PEIXOTO
 ERICA CAVALCANTI GUEIROS
 EUGÊNIO ANTUNES
 EURICO FREIRE DA SILVA JUNIOR
 EUZA PIRES
 EVA MACIEL
 EVALDO MELO
 EVANDRO BEZERRA DE LIMA
 EVELYNE LABANCA
 EVERALDO NUNES
 EWERSON CARLOS BRAZ MIRANDA
 EXPEDITO PAULA NEVES
 FABIANA PIMENTEL
 FABIANO FERRAZ
 FABIO DE SOUZA
 FABIO LUIS DOS SANTOS SILVA
 FÁBIO ROGÉRIO R. DA SILVA
 FABRICIO DEUZEMAH PEREIRA DE SOUZA
 FAUSTO FREITAS
 FELIPE CARRERAS
 FERNANDA ANDRADE
 FERNANDA SOVERAL
 FERNANDO ANDRE DE SOUZA
 FERNANDO DAMIÃO
 FERNANDO HENRIQUE DE ANDRADE M.
 RIBEIRO
 FERNANDO RAPOSO DA CAMARA SILVA
 FERNANDO SILVA MARINHO
 FERNANDO SIQUEIRA
 FLAVIA ANTUNES
 FLAVIO JOSE ROMARICO GUSMAO
 FLÁVIO ROBERTO BORBA PINHEIRO
 FLÁVIO ROMERO P. DE ALMEIDA JÚNIOR
 FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA
 FRANCISCO DE OLIVEIRA
 FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS
 FRANCISCO SARMENTO
 FRED AMÂNCIO
 FRED OLIVEIRA
 FREDERICO VALENÇA
 GABRIEL LEITÃO
 GABRIELA RODRIGUES
 GABRIELLA FERREIRA
 GEMERSON CARLOS DA SILVA
 GENIVALDO FRANCISCO DA SILVA
 GEORGE BRAGA
 GERALDO MOREIRA
 GERARD SAURET
 GERMANO CRUZ PALHANO FREIRE
 GERMANO SILVA OLIVEIRA
 GÉRSO CANHÃO
 GERUSA FELIZARDO
 GILBERTO DÁRIO DE MELO ALVES
 GILBERTO JOSE DE OLIVEIRA
 GILMAR OLIVEIRA
 GILSOLENE DA SILVA AMORIM
 GILSON ANTUNES
 GILSON BASILIO DE SOUZA
 GILSON DE FARIAS BELTRÃO JUNIOR
 GILVAN DA SILVA
 GIOVANE BENTO DE OLIVEIRA
 GISELLE SILVEIRA
 GLEISON MOTA
 GLORIA MARIA REIS
 GLYZIA RESENDE
 GRACE NOVAES
 GUILHERME COSTA VARELA
 GUILHERME LEITÃO
 GUILHERME MARQUIM NOGUEIRA CHACON
 GUILHERME MESQUITA
 GUILHERME NASCIMENTO DA COSTA
 GUSTAVO CARVALHO
 GUSTAVO CATALANO

GUSTAVO LIMA
 GUSTAVO MONTEIRO
 HAILTON ARAUJO
 HAIM FERREIRA ARAUJO BRAZ
 HÉLIO DE OLIVEIRA (DA GUABIRABA)
 HELIO FERNANDO
 HENRIQUE PIMENTEL
 HERMES DELGADO
 HEROITO DA SILVA
 HEUNAR MARIA
 HOMERO BITTENCOURT
 IEDA MELO
 ILKENIA TAVARES PESSOA
 ILUMINATA RANGEL MACÊDO
 INÊS CALADO
 IRAN ALVES
 IRAN SANTOS
 IRANETE CORREIA DE AMORIM
 IRIS ANTONIO DO NASCIMENTO
 IRTON MARIO SILVA
 ISAAC MACHADO DE OLIVEIRA
 ISABEL RIBEIRO DA SILVA
 ISAIAS BASTOS
 ISRAEL DE MOURA FARIAS JR.
 ISRAEL MARTINS DA CRUZ
 IVANILDO DE ANDRADE GUERRA FILHO
 IZABEL CRISTINA
 IZABELE DE SOUZA GOUTINHO
 JACKSON FELIPE SANTIAGO
 JACOB GOSMES DA SILVA
 JAÍLSON CORREIA
 JAILSON GOMES DA SILVA
 JAILTON DULCINO MATOSO
 JAIME JACO IZAAC DA SILVA
 JAIRO RODRIGUES DE FREITAS
 JANACIRA RODRIGUES
 JANAÍNA GRANJA
 JANDIR SOUZA CARNEIRO LEÃO
 JANE CRISTINA GONÇALVES CORREIA
 JAQUELINE CARVALHO
 JAQUELINE OLIVEIRA DOS SANTOS
 JAYME ASFORA
 JEANE MARIA FONSECA
 JEFFERSON CALDEIRA DA SILVA
 JEFFERSON MARIO
 JERÔNIMO ALVES DO NASCIMENTO
 JESSICA OLIVEIRA
 JOANNA CAROLINA
 JOÃO BARROS
 JOÃO BATISTA
 JOÃO BATISTA JÚNIOR
 JOÃO BATISTA SOARES PESSOA
 JOÃO BOSCO VASCONCELOS DE SOUZA
 JOÃO BRAGA
 JOÃO EVANGELISTA
 JOÃO GUILHERME FERRAZ
 JOÃO JOSE DA SILVA
 JOAO MANOEL DE LIMA PEREIRA
 JOAO MARCELO
 JOAO NOGUEIRA
 JOÃO PEREIRA DA SILVA
 JOÁS CRUZ
 JOEL LUCIANO DATZ
 JOELSON RODRIGUES
 JOELSON SILVA
 JONAS BARBOSA
 JONATHAS DA SILVA
 JORGE ALEXANDRE SOARES DA SILVA
 JORGE BERNARDO
 JORGE DE ASSUNÇÃO SANTOS
 JORGE JOSE FERREIRA ALVES
 JORGE PEREIRA
 JOSE ACCIOLY
 JOSE ADOLFO XIMENES
 JOSÉ ADRIANO MESQUITA DE ANDRADE
 JOSÉ ALEX SANTOS DA HORA
 JOSE ALMEIDA DE QUEIROS
 JOSE ALVES DE OLIVEIRA NETO
 JOSE ANTONIO COSTA
 JOSÉ ANTONIO DA SILVA
 JOSE BONIFFACIO
 JOSE CARLOS ALBUQUERQUE
 JOSÉ CARLOS LEANDRO
 JOSÉ CLÁUDIO NOGUEIRA
 JOSE CLETO MACHADO

JOSE DA SILVA
 JOSE EDSON RODRIGUES DA SILVA
 JOSÉ EVARISTO ALVES FILHO
 JOSE FELIPE MALAGUETA
 JOSÉ FERNANDES DA COICEIÇÃO
 JOSE FERNANDES DE SOUZA
 JOSÉ GOMES DE ANDRADE FILHO
 JOSE GOMES DE LIMA
 JOSE IREMAR DE MORAIS JUNIOR
 JOSE IVO CARILLE NETO
 JOSE JULIO DE MELO GOMES FILHO
 JOSE LOPES DE SOUZA
 JOSÉ LUIZ FERREIRA
 JOSÉ MÁRIO
 JOSÉ MARIO DE ARAÚJO
 JOSE OSVALDO DE CALDAS PINHEIRO
 JOSE PEDRO NOGUEIRA
 JOSÉ PIRES DE SOUZA FILHO
 JOSE REMON
 JOSÉ ROBERTO DE LIMA SALGADO
 JOSÉ RUFINO DA SILVA
 JOSÉ SEVERINO DA SILVA
 JOSE SOARES DA COSTA
 JOSE TEÓFILO
 JOSÉ WEDSON SILVA PONTES
 JOSEILDA SOUZA DOS SANTOS
 JOSELITO AMARAL
 JOSELITO FERREIRA DA SILVA
 JOSIEL GALVÃO DE SOUZA
 JOSINEIDE DA SILVA SOUZA
 JOSUÉ DA SILVA SANTOS
 JOSUÉ JOSÉ DE OLIVEIRA DA SILVA
 JUCIARA PAIVA AMORIM
 JULIANA DE LIMA SANTOS
 JULIANA PEREIRA
 JULIANA SILVA
 JULIERME VERAS
 JUNIOR LUIS
 KALINE MARTINS DA COSTA
 KAMILA ALBUQUERQUE
 KARLA CRISTINA ALVES CHAGAS SOUSA
 KARLA MARIA DE SANTANA
 KARLA VIEIRA
 KATIA CRISTINA DE SOUZA
 KATIA SIMONE GOMES DA SILVA
 KYLVIA KARLA SOARES MARTINS
 LADEMILSON ARANDA
 LAERTE ROCHA DE CARVALHO
 LARISSA KETYLLEI
 LAURA GOMES
 LAURA MARIA
 LAURIZABEL PINHEIRO
 LAURO GUSMÃO
 LEDA ALVES
 LEONARDO ANTÔNIO CISNEIROS ARRAIS
 LEONARDO CHAVES SANTOS
 LEONARDO CISNEIROS
 LEONARDO DA SILVA
 LEONARDO MANOEL
 LEVINO MARCELO FRIAS DA MOTA
 LÍGIA VERNER
 LILIANE ALEXO
 LIVIO BERNARDO DA SILVA
 LORENA TAPAVICSKY
 LUCAS ESTEVÃO DA SILVA
 LUCIANA AZEVEDO
 LUCIANA SOARES VALENÇA
 LUCIANA VASCONCELOS
 LUCIANO DE FARIAS
 LUCIANO GESTEIRA
 LUCINEIDE BRASIL
 LÚCIO FRANCISCO ANTUNES BELTRÃO NETO
 LUIS ANTUNES
 LUIS AURELIANO DE BARROS CORREIA
 LUIZ ALBUQUERQUE
 LUIZ ANDREY
 LUIZ CARLOS DA SILVA
 LUIZ EDUARDO GAMA DE QUEIROGA
 LUIZ FERNANDO F. DE BARROS
 LUIZ HENRIQUE DE LIMA
 LUIZ JOSE DE MELO
 LUIZ RICARDO DA COSTA VASCONCELOS
 LUIZA CORDEIRO DE MELO SILVA
 LUIZA DE MARILACK TERTO
 LYGIA LEITE

MACILON FELIX FERREIRA
MAGUILMA BECO
MANOEL BELARMINO NETO
MANOEL CAETANO CYSNEIROS DE A. NETO
MANOEL CANDIDO DOS SANTOS FILHO
MANOEL CARNEIRO
MANOEL DOS ANJOS
MANOEL FERREIRA DA SILVA
MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS NETO
MANOELINA XAVIER CAVALCANTE
MARCELA PINTO
MARCELO ADRIANO DE BRITO
MARCELO HENRIQUE F. DE MENEZES
MARCELO RICARDO DE SANTANA
MARCELO VILELA
MARCELUS R. W. FREIRE
MARCIA BARBOSA
MARCIA DE ALENCAR
MARCÍLIO DOMINGOS
MARCIO JOSÉ ROMÃO DA SILVA
MARCIO ABREU DE FRANÇA
MARCIO ADRIANO GOMES DA SILVA
MARCIO ANDRE DE OLIVEIRA FERREIRA
MARCIO TEOFILO DE ASSIS
MARCONI MUZZIO
MARCOS ANTONIO DA SILVA
MARCOS ANTONIO JUSTINO
MARCOS GALINDO
MARCOS JOSE GOMES
MARCUS BORGUES
MARGARIDA SOARES
MARIA ÂNGELA GONÇALVES DE SOUZA
MARIA APARECIDA FERNANDEZ
MARIA AUXILIADORA CRUZ LIMA
MARIA BETANIA MESSIAS DE S. MOURA
MARIA CARMELITA MAIA E SILVA
MARIA CARMEM NEVES
MARIA CONCEIÇÃO COSTA
MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES
MARIA DA CONCEIÇÃO DE M. VASCONCELOS
MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE
MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES
MARIA DA CONCEIÇÃO GONCALVES
MARIA DA PENHA LOPES
MARIA DE FÁTIMA A DA SILVA
MARIA DE FÁTIMA DE LIMA
MARIA DE FÁTIMA GOMES CAVALCANTI
MARIA DE FÁTIMA P. RIBEIRO
MARIA DE LOURDES FERRAZ DE SA BELTRAO
MARIA DE SALETE SILVA
MARIA DO SOCORRO DA SILVA
MARIA DO SOCORRO GOES
MARIA DO SOCORRO MARINHO DA SILVA
MARIA HELENA DO NASCIMENTO
MARIA IZABEL SALES FARIAS
MARIA LUCIA DA SILVA
MARIA LÚCIA GOMES
MARIA LUCIA MUNIZ
MARIA LUZINETE DE LIMA
MARIA PERPÉTUA LUCIO GADELHA
MARIA REBEKA LINARES
MARIA SILDA DE ARAÚJO LIMA
MARIANA CAMPELO
MARIANA GOMES
MARICO RUBENS DE OLIVEIRA
MARIELA RAMOS
MARÍLIA ARRAES
MARÍLIA GOMES DO NASCIMENTO
MARINALDO PEREIRA DOS SABTOS
MARIO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO
MARIVALDO LAURENTINO DA SILVA
MARTA DINIZ
MAURICIO CAVALCANTE
MAURILIO MUNIZ DA SILVA
MAVIO ALVES
MAYRA MARCELINO
MELANIA MARTINS
MILTON BOTLER
MILTON ROBERTO
MIRIAM BEZERRA GONZAGA
MIRIAM MARIA GOMES FERREIRA
MONICA MARTINS DE MELLO
MURILO CAVALCANTI
NALVA SILVA
NANCI MARIA FEIJO DE MELO

NATALY QUEIROZ
NELSON BARRETO
NILTON MOTA
NILTON PRAZERES
OCÉLIA MARIA DE SANTANA VIEIRA
OLIVIA ROCHA
ONESIMO RAMIRO
OSVALDO AMORIM
OSVALDO MORAIS
OZEAS FERREIRA DE LIMA
PALAS ALVES DE PINHO
PÂMELA MIRELA DE NASCIMENTO ALVES
PATRICIA CORREIA DE OLIVEIRA
PAULA ALVES
PAULA AZEVEDO
PAULO ANDRESSON
PAULO BRAZ
PAULO CABRAL
PAULO DA SILVA FERNANDES
PAULO JORGE GOMES DA SILVA
PAULO LIMA
PAULO MESQUITA
PAULO PINHEIRO
PAULO R LAPA GUIMARÃES
PAULO ROBERTO NETO ALVES
PAULO ROBSON DA SILVEIRA
PEDRO ANDRADE GAMA DE OLIVEIRA
PEDRO EURICO
PEDRO LEÃO
PEDRO OLIVEIRA
POLYANA SANTOS
PRISCILLA OLIVEIRA
RAFAEL CAMILO DA SILVA
RAFAEL DIAS COSTA
RAFAEL WEST
RAIMUNDO WELLINGTON ARARUNA SANTANA
RAISA ALMEIDA
RANY CAUAS
RAONI VERISSIMO ARAUJO
RAUL HENRY
REGINALDO ALVES
REGINALDO ARAUJO
REGINALDO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
REGINALDO PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO
REGINALDO PEREIRA
REINALDO VALENÇA
REJANE PEREIRA
RENATA BARBOSA DO NASCIMENTO
RENATA CRISTIANA SALGUES LUCENA
BORGES
RENATA NOBREGA
RENATO MARCIO ROCHA LEITE
RENATO PINTO DE MEDEIROS
RHAYANN LUCAS VASCONCELOS
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO
RICARDO CAMPOS DE SANTANA
RICARDO CORREIA
RICARDO CYSNEIROS
RICARDO FRANCISCO DA SILVA
RICARDO LUCIANO
RICARDO MONTEIRO DE CARVALHO
RICARDO PAIVA
RICARDO SILVEIRA
RICARDO VASCONCELOS
RITA MARIA DE SOUZA LIMA
RIVAN LUIZ MONTEIRO
ROBERTA MONTEIRO
ROBERTO ALVES DE FREITAS
ROBERTO ARRAES
ROBERTO JOSÉ LINS NERES
ROBERTO JOSE MOLITERNO
ROBERTO LESSA
ROBERTO MONTEZUMA
ROBERTO NASCIMENTO
ROBERTO PANDOLFI
ROBERVAL RODRIGUES MEDEIROS HONORIO
RODRIGO FARIAS
RODRIGO VIDAL
ROGERIO ANDRE
ROMANO COSTA
ROMERO DE PONTES RAMOS
RÔMULO DE DEUS NEGREIROS
RÔMULO J. A. ALBUQUERQUE
ROSA MARIA
ROSA MARIA IMBELLONI

ROSÁLIA CRISTINA
ROSALVO JOSÉ FERREIRA DE LIMA
ROSANGELA FERREIRA DOS SANTOS
ROSEANE MENEZES
ROSEANE OLIVEIRA
ROSEMARY DA SILVA
ROSIANA TEIXEIRA
ROSIANE FARIAS DA SILVA
ROSIENE MARIA DA SILVA
RUDINEY BARBOSA
RUTH BRITO
SABRINA PATRÍCIA LIMA SANTOS
SAMARONE LIMA
SAMUEL DA LUZ
SANDRA SERRALVA RODRIGUES DE MACEDO
SANDRO JOSÉ
SANDRO JOSE ALVES
SANDRO SOARES DE LIMA
SAULO SANTOS
SEBASTIAO AVELINO FREIRE JUNIOR
SEBASTIÃO JOSÉ AMORIM GOMES
SÉRGIO CARVALHO
SERGIO JOSE ARAUJO PINTO
SÉRGIO MURILO SANTA CRUZ
SÉRGIO RICARDO
SEVERINA VEIGA
SEVERINO CÂMARA DE ALMEIDA FILHO
SEVERINO DE SOUZA NOGUEIRA
SEVERINO MIGUEL DE SOUZA
SEVERINO SEABRA DOS SANTOS
SHEILA LOPES
SILENO GUEDES
SILLAS CHARAMBA
SILVAN MATIAS DA SILVA
SILVESTRE DANTAS
SILVIA CORDEIRO
SILVIA HELENA COELHO DE ALBUQUERQUE
SILVIO RICARDO CÉSAR BARBOSA
SIMIRAMES QUEIROZ
SIMONE MARIA
SORAYA REJANE SANTOS
SUELI GOMES SERPA
SULAMY PATRÍCIA BORBA
SUZANA MARIA LACERDA
TACIANA FERREIRA
TANIA TENORIO
TATIANA OLIVEIRA
TELMA MELO
TELMA REGINA NUNES PEREIRA
TERESINHA DE JESUS CAVALCANTI
TEREZA PEREIRA DA SILVA
THIAGO ARAÚJO SILVESTRE
THIAGO VAZ ARAUJO SILVA
TIAGO ANDRADE
TIAGO GOMES DA COSTA
URIEL FILIPE DA COSTA BARBOSA
VALBÉRICO DE ALBUQUERQUE CARDOZO
VALDECLEYTON CAVALCANTE MENDES
VALDIR CARVALHO DA SILVA
VALDIR PEQUENO DE ARRUDA
VALERIA ANDRADE
VALERIA MONTEIRO
VALMAR CORREIA
VALMI FERREIRA DOS SANTOS
VERONICA BEZERRA DA SILVA
VICTOR JUN ARAI
VITOR PAVESI
VIVIAN SILVA
VLADMIR BRASILIANO
WAGNER OLIVEIRA
WALAMES BRUNO MELO DOS SANTOS
WALDEMIR SILVA GOMES
WALDIR PEREIRA DOS SANTOS
WASHINGTON BATISTA
WELLINGTON DE MELO
WEMERSON AVELINO MACHADO
WILSON DAMÁZIO
YANA PITHON
ZULEIDE FARIAS DE OLIVEIRA
ZULEIDE MARIA DA SILVA

Desde 2007, Pernambuco tem vivido significativas transformações. No âmbito da segurança, uma política pública, o Pacto Pela Vida produziu, conduzida pelo Governo Estadual, mudanças que geraram resultados expressivos: a redução de 52% da taxa de homicídios na cidade do Recife e de 35% no Estado.

O Pacto Pela Vida afirmou-se, integrando todas as esferas do Executivo Estadual com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Assembléia Legislativa, produzindo, no campo da segurança pública, uma política de Estado consistente, eficiente e duradoura, voltada para a proteção da vida e da segurança da população pernambucana. O compromisso com os direitos humanos, a gestão baseada em evidências, a participação social e a combinação de estratégias de repressão qualificada da criminalidade com a prevenção social do crime e da violência consolidaram um modelo de segurança pública que hoje é reconhecido em todo o país e fora dele.

No entanto, uma questão ainda constitui um desafio para a sustentabilidade dos resultados obtidos pelo Pacto Pela Vida estadual: a participação dos municípios. Historicamente, a atuação das municipalidades na construção de estratégias voltadas para a prevenção do crime e da violência no Brasil tem sido tímida e insuficiente.

Exatamente por isso, o lançamento do Pacto Pela Vida do Recife constitui importante avanço e exemplo a ser seguido. A criação da Secretaria de Segurança Urbana do Recife - cuja missão é articular e integrar, no âmbito municipal, os programas de todas as secretarias voltados para a proteção e assistência aos grupos mais vulneráveis à violência - e a construção participativa do Pacto Pela Vida do Recife - através de um amplo processo de escuta e diálogo com a população da cidade - foram os primeiros passos para a afirmação de uma política pública de segurança urbana municipal abrangente e focalizada na prevenção da criminalidade violenta.

Este documento, que agora é entregue à população do Recife, estabelece as linhas gerais da Política de Segurança Urbana da capital pernambucana e afirma o compromisso fundamental da gestão municipal: o estabelecimento de estratégias integradas e transversais de prevenção da criminalidade que contribuam para a construção de uma sociabilidade pacífica, de uma cultura da não-violência e de uma cidade cada vez mais segura.

José Luiz Rattón

*Professor e Pesquisador do Departamento de Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco*

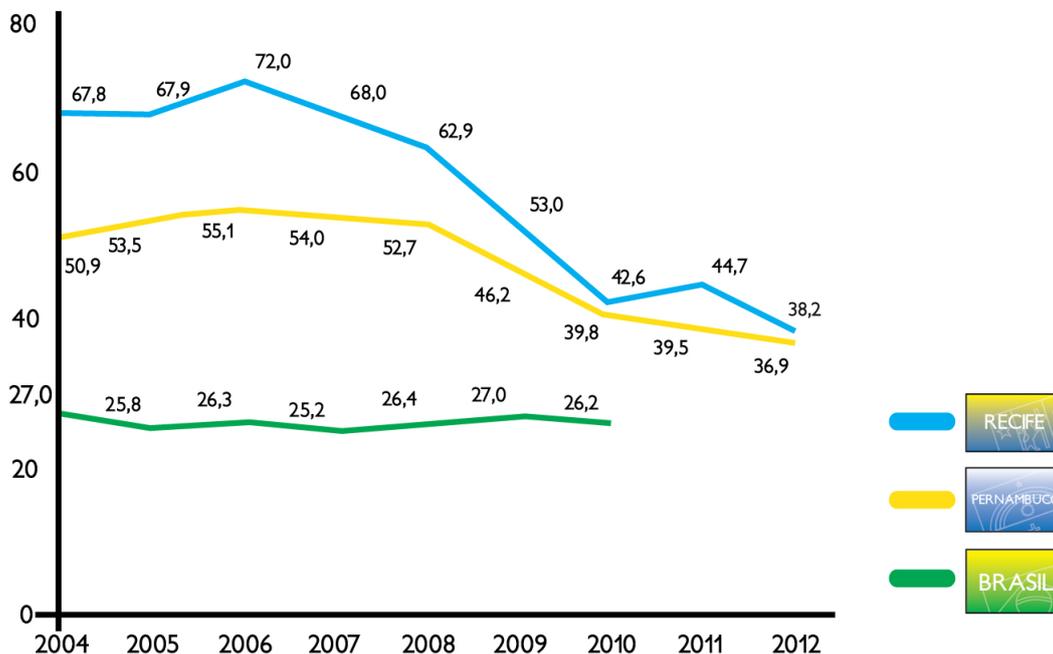


4 DIAGNÓSTICO

Nas últimas três décadas, o número de homicídios vem crescendo constantemente no Brasil, o que tem gerado inúmeras cobranças dos governos no sentido de oferecer respostas a essa demanda historicamente ignorada. Entre 2006 e 2012, os investimentos na segurança pública, somando os gastos dos Estados e da União, passaram de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 51,5 bilhões, um aporte de recursos que, salvo poucas exceções, não tem se refletido em um decréscimo proporcional dos índices de criminalidade.

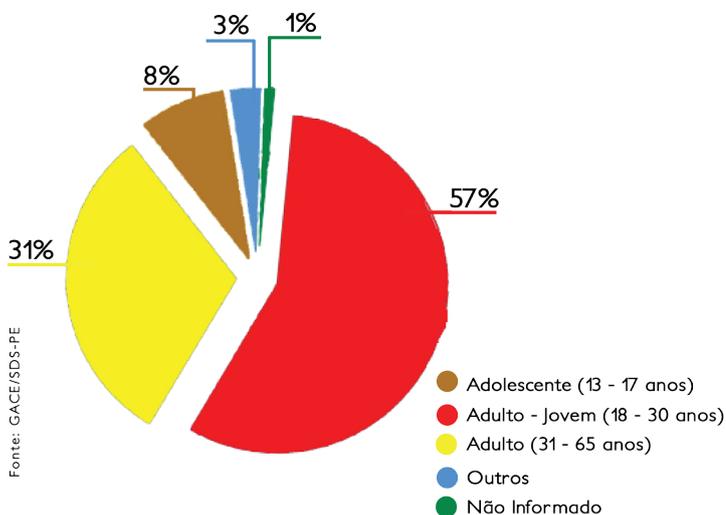
Grande parte dessa ineficiência resulta de uma visão bastante convencional do problema, segundo a qual somente com mais armas, mais polícia e mais prisões alcançaríamos resultados significativos na redução da criminalidade. Na verdade, a definição do papel de cada um no enfrentamento da violência passa por uma compreensão mais bem elaborada dos problemas em questão. É necessário saber que fenômenos são esses, como eles se apresentam em cada caso e qual a melhor forma de incidir sobre eles. Por isso, a construção de um diagnóstico é a primeira etapa da formulação de uma política pública.

BRASIL/ PERNAMBUCO/ RECIFE TAXAS DE HOMICÍDIOS 100 MIL HABITANTES

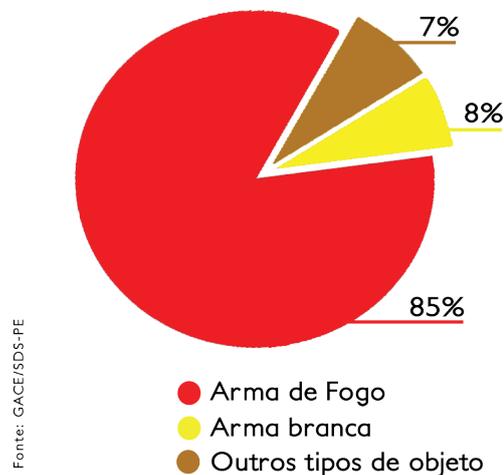


Fonte: Mapa da Violência 2012 (BRASIL)
SDS-PE (PERNAMBUCO-RECIFE)

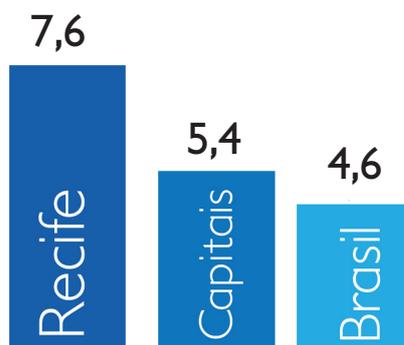
CVLI DO RECIFE POR FAIXA ETÁRIA // 2012



OBJETOS UTILIZADOS NO NO CVLI // RECIFE 2012



TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES



Fonte: Mapa da Violência 2012
(usa dados do SUS 2010)
e CENSO 2010 do IBGE.

4.1

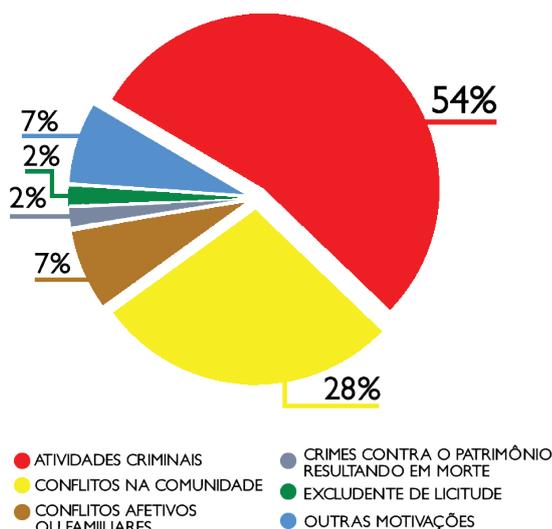
PERNAMBUCO: PACTO PELA VIDA E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Desde 1980, a taxa de homicídios por cem mil habitantes apresenta um crescimento constante no Brasil, passando dos 11,7 para os 26,2 em 2010. Na contramão dessa tendência, Pernambuco tem obtido, nos últimos seis anos, resultados bastante expressivos no enfrentamento da violência. A partir de 2007, com o lançamento do Pacto Pela Vida, o estado começou a apresentar quedas sucessivas dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), até atingir a taxa de 36,9 CVLI para cada 100 mil habitantes em 2012.

Na Região Nordeste, Pernambuco é o único Estado que vem registrando queda na violência (o Piauí apresenta estabilidade e os outros sete Estados, crescimento). Entre 2006 e 2010, a taxa de homicídios da região cresceu 25%. No mesmo período, o índice pernambucano recuou 23%.

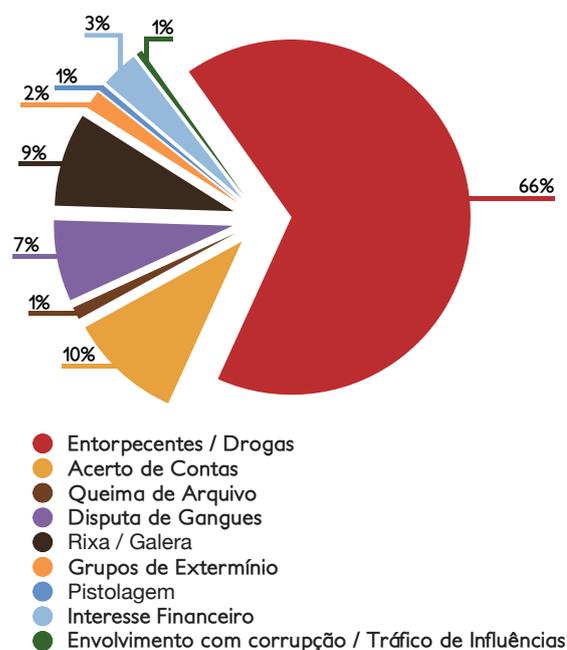
Em seis anos de Pacto Pela Vida, considerando o período de maio de 2007 a abril de 2013, Pernambuco e Recife alcançaram uma redução acumulada da taxa de CVLI da ordem de 35,1%, e 52,1%, respectivamente. Isso representa aproximadamente 6.658 vidas salvas em todo o Estado, uma marca que levou o programa a ser agraciado em 2013 com o prêmio de boas práticas na gestão pública concedido pela Organização das Nações Unidas.

MOTIVAÇÕES DE CVLI - RECIFE 2012



Fonte: GACE/SDS-PE

ATIVIDADES CRIMINAIS - RECIFE 2012



4.2

RECIFE: CAUSAS E DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE

Apesar das conquistas dos últimos anos, o Recife ainda registrou 598 assassinatos em 2012. Com uma taxa de 38,2 CVLI para cada 100 mil habitantes, bastante superior à média nacional de 26,3 (2010), a cidade ainda está distante dos índices considerados aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde, de dez ou menos homicídios a cada 100 mil habitantes.

As realidades imperantes nos grandes centros urbanos brasileiros contribuem de forma variada para a produção, sustentação e manutenção de processos violentos. Contudo, em que pesem as diferenças específicas, é possível apontar para uma lógica de contextos mais gerais, capaz de dar conta da evolução e da consolidação das atividades criminosas, que pode elucidar

a compreensão do problema¹.

No nível mais básico, temos a formação de áreas urbanas degradadas, desorganizadas e desordenadas. Algumas delas surgem como consequência do deslocamento de grandes contingentes populacionais para áreas de reassentamento. Outras são frutos da utilização de antigas propriedades rurais para zonas de moradia de baixa renda. Na falta de mecanismos eficientes de fiscalização e controle, tais populações terminam se fixando em zonas marcadas por um amplo processo de ilegalidades, o qual se inicia com a ocupação irregular de terrenos, não raro evoluindo até o desenvolvimento de mecanismos de resolução de conflitos que se assentam na utilização ilegal da força por parte de determinados agentes individuais.

Em todos os casos, o processo de desenvolvimento dessas áreas contribui para o afrouxamento dos laços comunitários. A esses ambientes, somam-se variáveis como desestruturação familiar, alcoolismo, gravidez precoce, pouco tempo em escolas e consumo de drogas ilícitas, além da alta disponibilidade de armas de fogo e da ausência ou deficiência dos serviços de Justiça e segurança pública. Isso incide diretamente na redução da confiança nos relacionamentos cotidianos, que tem a ver com certa esperança ou conjunto de expectativas generalizadas a respeito das ações do próximo. Nesses contextos, conflitos banais evoluem facilmente para os chamados crimes de proximidade, intensificando ainda mais a deterioração dos laços comunitários e dos valores socialmente partilhados.

As gerações mais jovens são particularmente afetadas por esses cenários. A ausência de consensos e valores normativos comuns se reflete diretamente na formação dos indivíduos, particularmente na sua capacidade de controlar os próprios impulsos e de questionar se este ou aquele desejo deve ser satisfeito em determinado momento e utilizando determinados meios.

Consequentemente, são nessas comunidades que se estruturam muitas das gangues e redes criminosas constituídas por jovens em sua maioria. Para eles, tais organizações representam mais do que uma forma de ganhar dinheiro: significam a adoção de um estilo de vida, o pertencimento a uma verdadeira família e a aceitação de todo um código de conduta diferenciado.

Um dos aspectos mais notáveis nas disputas violentas que se seguem à formação de tais cenários é que motivos absolutamente banais ensejam intermináveis cadeias de vinganças e ajustes de contas. As comunidades são divididas em territórios rigidamente demarcados sob o domínio de determinado grupo ou facção. A invasão ou mesmo o usufruto do espaço alheio por membros de organizações rivais e até moradores de comunidades fora de sua área de atuação desencadeia processos violentos que se esteiam em sentimentos de vingança e ressentimento, os quais muitas vezes desempenham papel mais predominante que as razões instrumentais de natureza econômica.

4.3 SEGURANÇA URBANA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A importância de considerar as atividades criminosas e os processos violentos como estruturados em diferentes etapas é de que cada uma delas exige estratégias diferentes de controle e prevenção. Como fenômeno essencialmente social e complexo, com diferentes causalidades, fatores intervenientes e dimensões sobrepostas no tempo, demanda uma atuação governamental nos seus mais diversos níveis, a partir de políticas sistêmicas, integradas e transversais.

Por diversas razões, a política de segurança urbana do município está diretamente ligada à ideia de prevenção da violência. Tradicionalmente, no Brasil, a segurança sempre foi tratada sob a ótica da repressão qualificada e do controle social, tendo a administração das polícias e das prisões como prerrogativas dos Estados e da União. Até hoje, não existe legislação específica que estabeleça o lugar do município nesse campo. Entretanto, como ente mais próximo da população e porta de entrada das políticas públicas de saúde, assistência social e educação, as cidades são os locais privilegiados para o desenvolvimento de estratégias preventivas, que operam antes que o crime ocorra ou volte a ocorrer, nos níveis primário, secundário e terciário de atuação.

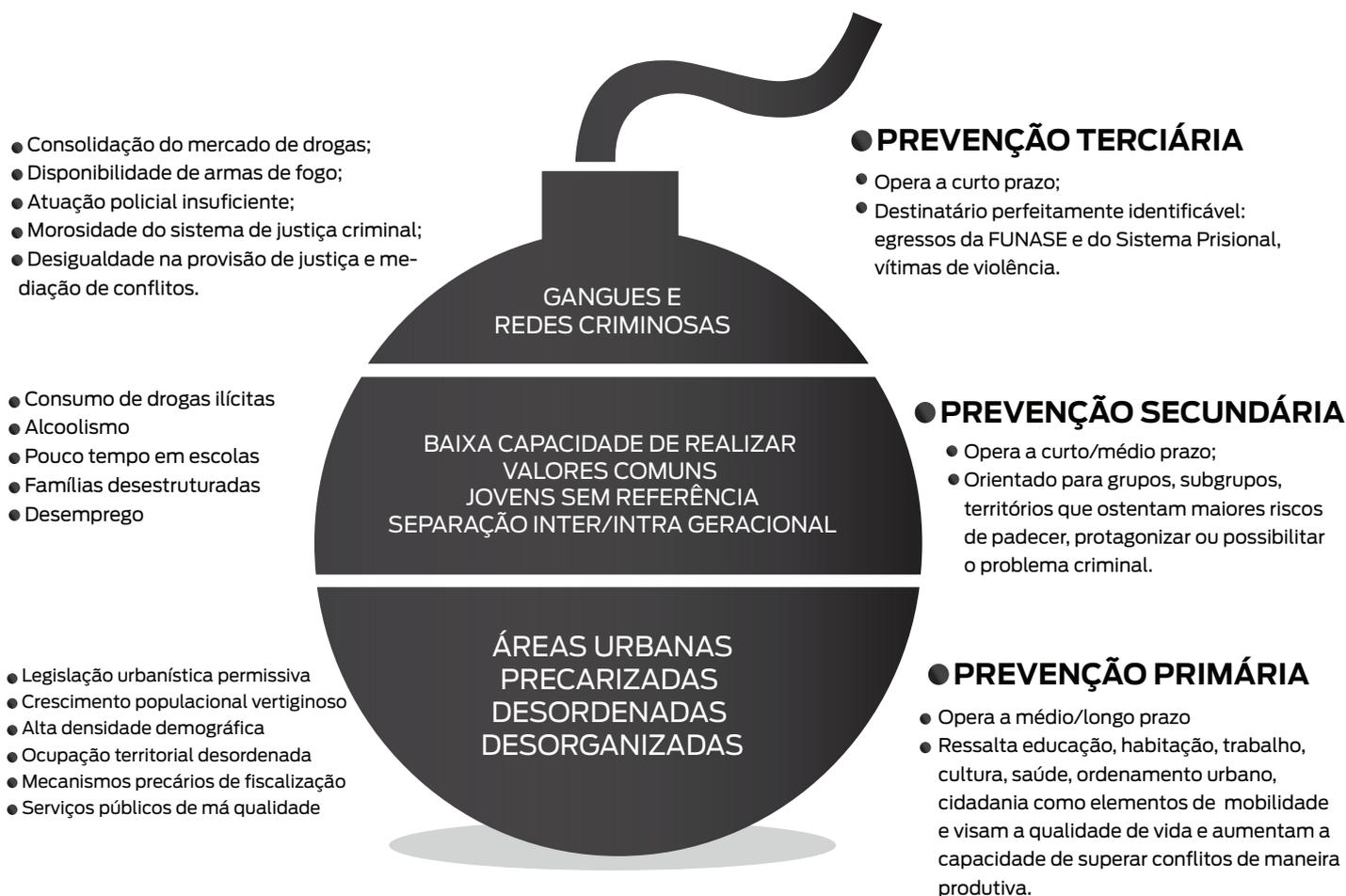
(1) Para mais detalhes sobre a estruturação de atividades criminosas nos grandes centros urbanos brasileiros, ver BEATO, Cláudio. (2012), *Crime e Cidades*. Editora UFMG, Belo Horizonte.

A prevenção primária se relaciona com a possibilidade geral de a violência ocorrer. Aqui, temos a educação, a saúde, o trabalho, o desenvolvimento social, o ordenamento urbano, entre outros, como elementos que operam de maneira ampla e irrestrita, a longo e médio prazo, aumentando a qualidade de vida da população e estimulando a capacidade de resolver conflitos de maneira produtiva.

A prevenção secundária incorpora as estratégias de médio e curto prazo voltadas para grupos e subgrupos mais propensos a se tornarem vítimas ou protagonistas da violência. Também é fundamental uma atuação mais focada sobre territórios, comunidades e espaços públicos que se constituíram, por diferentes motivos, em ambientes favoráveis ao crime.

A prevenção terciária age no curto prazo, tendo em vista um destinatário perfeitamente identificável: os indivíduos ou grupos que já se envolveram nos processos de violência, tanto como vítimas, quanto como protagonistas. Suas estratégias operam no sentido de evitar a repetição de tais processos, interrompendo as dinâmicas existentes e impedindo o surgimento de novas.

Em termos práticos, pensar em níveis sobrepostos de intervenção significa dizer que a atuação governamental tem de lidar com aquele território, aquela comunidade, aquela vizinhança, aquela rua, aquela família, aquele jovem em situação de risco, ao mesmo tempo em que lida com as dimensões mais gerais da gestão pública. Essa forma geral de pensar e tratar a questão retira a discussão sobre prevenção do campo da retórica vazia, construindo uma perspectiva que permite pensar estratégias realmente eficazes, passíveis de mensuração e avaliação de resultados, constituindo a base sobre a qual se deve construir toda a política pública de segurança urbana e prevenção da violência do município.





5

PACTO PELA VIDA DO RECIFE

O Pacto Pela Vida do Recife é a política pública de segurança urbana e prevenção da violência da Prefeitura do Recife. Compromisso do Programa de Governo da Frente Popular, trata-se de um conjunto de programas, projetos, estratégias e iniciativas voltados para a redução da violência, o ordenamento urbano da cidade e a melhoria da qualidade de vida do recifense de uma maneira geral, integrados a partir de um modelo de gestão próprio, garantindo uma linha de ação única, transversal e integrada.

A criação dessa política procura atender o sentimento generalizado de que o Recife precisa ter um papel protagonista nas mudanças decorrentes do ciclo de desenvolvimento de Pernambuco, que estão alterando a estrutura produtiva e o capital humano necessário para este novo tempo. A redução histórica dos índices de CVLI alcançados pela política pública de segurança do Governo do Estado, na contramão da tendência de crescimento da criminalidade em escala nacional, precisa ser reforçada por iniciativas municipais voltadas para a prevenção da violência a curto, médio e longo prazo. Isso passa pela construção do lugar do município nesse campo, uma construção que demanda conjugação de saberes e vontades em torno de um pacto comum pela redução da violência na cidade.

No ano de 2012, 13 bairros (Dois Unidos, Várzea, Torrões, Cohab, Ibura, Água Fria, Campo Grande, Jardim São Paulo, Areias, São José, Ilha Joana Bezerra, Afogados e Nova Descoberta) concentraram 42% dos CVLI registrados na capital pernambucana. O Pacto Pela Vida do Recife é um programa que vai atender todo o município, mas terá atenção especial para esses 13 territórios com o objetivo de atingir a meta estratégica de redução da taxa de homicídios em 12% ao ano.

A construção desse projeto parte de sete valores norteadores que são os alicerces de sua concepção e estruturação.

1) Decisão Política e Liderança Local Forte



O prefeito é o principal condutor da política de segurança municipal. Com isso, o ciclo de leniência e transferência de responsabilidades é rompido, iniciando uma nova fase do papel do município com relação ao tema.

2) Prevenção do Crime e da Violência

O município é a porta de entrada da saúde, da educação e da assistência social. Com a segurança urbana, não pode ser diferente. Por isso, o Pacto Pela Vida do Recife incorpora a criação de instrumentos operacionais específicos, que possam dar conta da prevenção da violência nos seus níveis primário, secundário e terciário.

3) Integralidade das Ações e Articulação dos Poderes

A política de segurança urbana tem de ser o resultado de estratégias e ações envolvendo todas as secretarias da Prefeitura do Recife, a partir de um modelo de gestão único, em articulação com o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a sociedade civil organizada. Essa última tem uma participação fundamental. Sem uma população profundamente engajada na reversão do cenário de violência e desorganização urbana, não será possível construir novos parâmetros de convivência para a cidade.

4) O Melhor Para os Mais Pobres

As melhores escolas, os melhores serviços de saúde, as melhores obras têm de estar diretamente voltadas para a população socialmente mais vulnerável, revertendo o ciclo de desigualdades e promovendo o desenvolvimento social. Essa deve ser a sinalização do poder público para apontar uma mudança na cultura da desordem e da violência, imperante em muitas das comunidades desassistidas brasileiras.

5) Ordenamento Urbano e Redução da Impunidade

A transformação da convivência na cidade, como forma de induzir a resolução produtiva de conflitos e reduzir a violência, passa necessariamente pelo estabelecimento de regras claras de utilização do espaço público. A necessidade de fiscalização e ordenamento é essencial na garantia de tais parâmetros de civildade. E passa diretamente pela redução da impunidade no que tange aos delitos que prejudicam a consolidação de um novo parâmetro de convivência na cidade.

6) Segurança é uma política de Estado

A construção de uma política pública de segurança urbana tem de se assentar em mecanismos institucionais sólidos e duradouros, construídos a partir de um debate permanente com a sociedade, possibilitando que as conquistas alcançadas sirvam de fundamento sobre o qual se alicerça o desenvolvimento da cidade.

7) Informações Confiáveis e Gestão por Resultados

Informação é a base sobre a qual opera a política pública. Estratégias e intervenções de segurança urbana e prevenção da violência precisam ser elaboradas a partir de indicadores claros, de ferramentas de coleta e sistematização capazes de dar conta da complexidade dos problemas em questão. Esses dados são fundamentais para que a administração possa avaliar seu desempenho, corrigir os erros e focalizar os esforços nas metas a serem alcançadas.

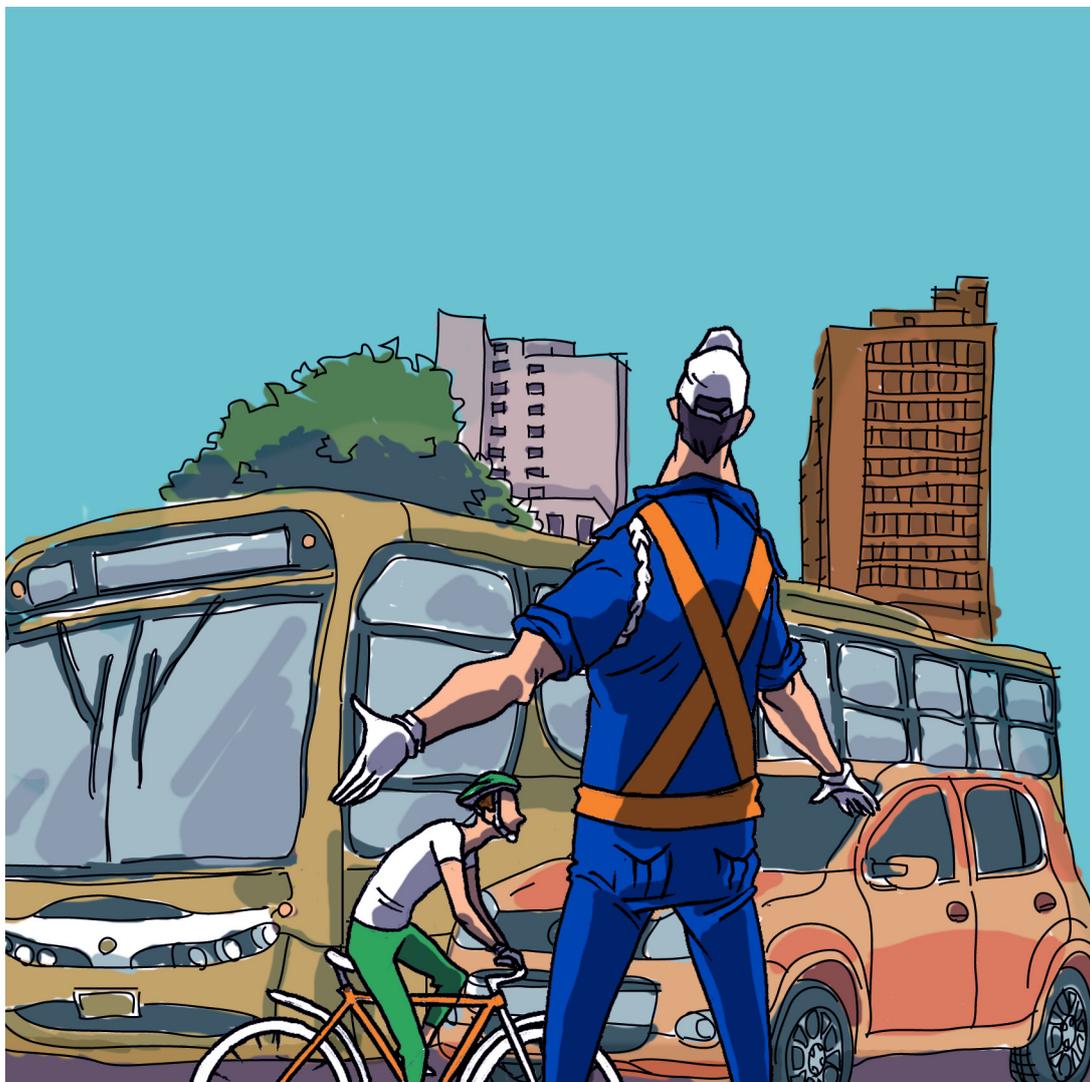
A construção de um projeto que considere estes valores e conceitos exige o desenho de um plano de ação, um planejamento de curto, médio e longo prazo, com eixos temáticos que incorporem estratégias e diretrizes, inserido num modelo de gestão bem definido, com qualidade e excelência, administrando de forma eficiente e profissionalizando o gerenciamento da cidade, legitimando as prioridades com a população e focando em resultados com metas e prazos definidos.

Dessa forma, o Pacto Pela Vida do Recife apresenta uma série de programas, ações e projetos voltados para a segurança urbana e a prevenção da violência nos níveis primário, secundário e terciário, distribuídos em quatro grandes eixos temáticos, conforme mostrado abaixo:



TODA PESSOA TEM DIREITO À VIDA, À LIBERDADE E À SEGURANÇA PESSOAL.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



6

EIXO TEMÁTICO I

CONTROLE SOCIAL E ORDENAMENTO URBANO

A base de toda a política de segurança urbana reside na maneira como a cidade trata os seus habitantes. Cidadania é a mediação entre o cidadão e a cidade. Ela não pode existir quando um dos lados desse termo bloqueia seu livre desenvolvimento. Por isso, a responsabilidade do município na gestão da segurança urbana e da prevenção da violência passa diretamente pelo estabelecimento de instrumentos eficazes de controle social, voltados para a manutenção do ordenamento urbano da cidade.

Nas últimas décadas, as experiências nacionais e internacionais têm demonstrado que as comunidades se beneficiam diretamente de espaços públicos que são suficientemente atrativos para funcionarem como locais de encontro, onde mulheres e homens usufruem de seu tempo livre de maneira voluntária. Uma cidade segura não somente estimula a interação comunitária, como também facilita o comércio, o trabalho e o lazer, catalisando transformações positivas na qualidade de vida dos cidadãos.

6.1 ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

A concepção de espaços urbanos seguros se expressa no entendimento de que as configurações espaciais de uma cidade podem contribuir para reduzir o número de delitos em determinadas localidades. Vigilância não tem a ver só com a presença física de agentes públicos, mas com a existência de cidadãos engajados na conservação e valorização dos espaços de convivência e interação.

Do ponto de vista da segurança urbana, essa concepção apresenta a combinação de quatro dispositivos fundamentais, necessariamente associados: (1) aumento da vigilância natural; (2) aumento da circulação e permanência de pessoas no local; (3) reforço da ideia de domínio coletivo e corresponsabilização do espaço territorial; (4) controle das entradas e permanência de pessoas em determinados locais, com limites bem demarcados e horários de circulação claramente definidos².

Ações

- Instalação de lâmpadas e sensores com maior luminosidade e economia de energia nos principais espaços públicos da cidade, com prioridade para os equipamentos públicos nas áreas mais vulneráveis à violência;
- Estabelecimento de parcerias necessárias para a modernização tecnológica da iluminação pública no Recife;
- Criação do “Disque Luz”, canal de comunicação por meio do qual a população poderá notificar qualquer problema com as lâmpadas de iluminação pública e terá a garantia da solução do problema em até 48 horas;
- Requalificação de espaços de convivência e áreas de lazer da cidade, estimulando a prática de atividades físicas, culturais e ambientais, a partir da ótica dos espaços urbanos seguros, tendo em vista a redução da ambiência criminosa;
- Instalação de 400 novas câmeras de videomonitoramento na cidade.

6.2 ORDENAMENTO DA CIDADE

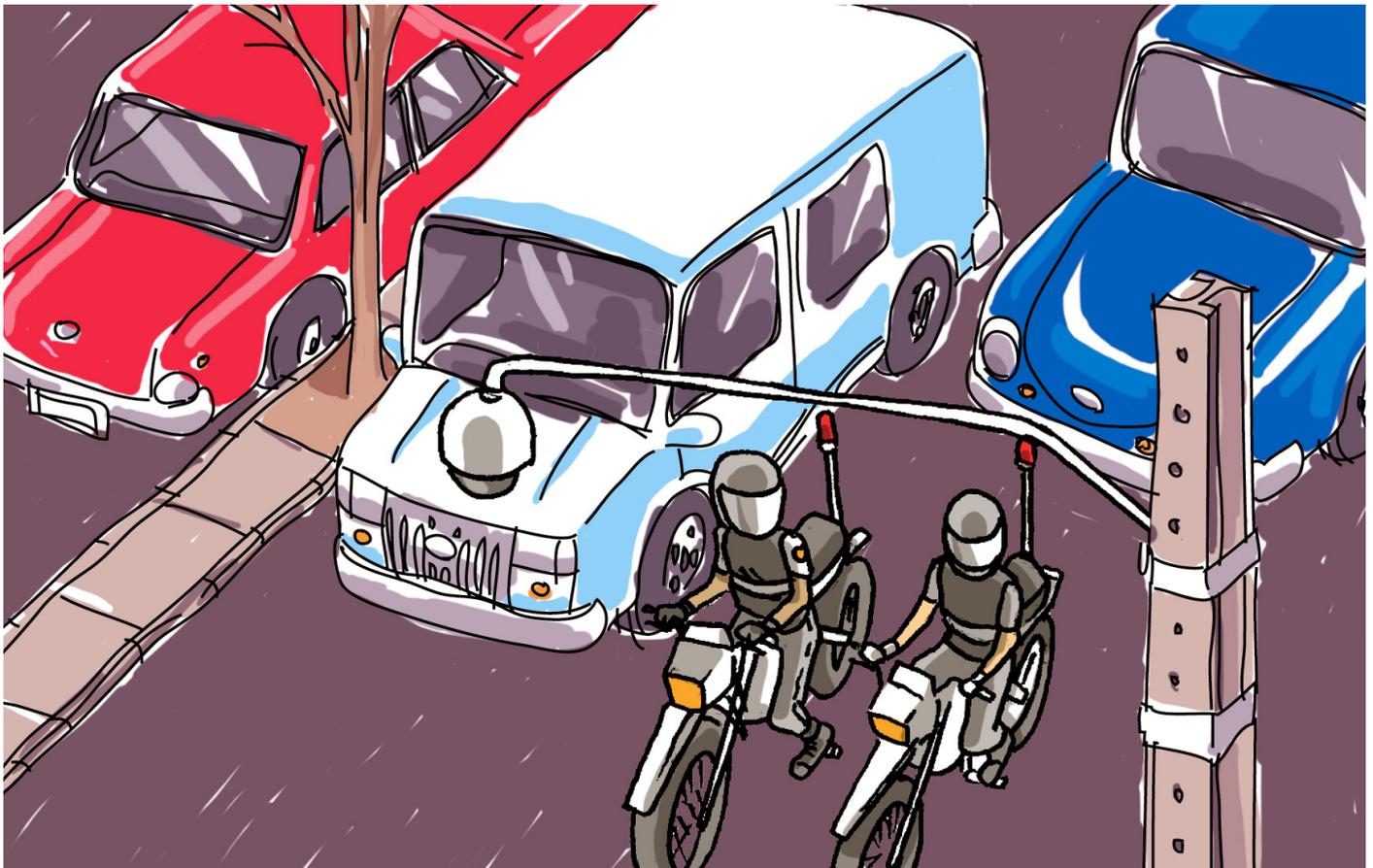
A falta de mecanismos eficientes de fiscalização e controle do crescimento urbano está na raiz da degradação da convivência em muitas comunidades e áreas violentas da cidade. Sem esclarecimento quanto aos parâmetros legais sobre a organização da cidade, nem instrumentos formais de controle exteriores ao livre arbítrio de particulares, o usufruto do espaço comum passa a se dar por meio de um equilíbrio precário de interesses divergentes. O volume do som suportável passa a depender única e exclusivamente do bom senso do vizinho. A área de convivência das crianças se transforma em ponto de consumo e comercialização de bebidas alcoólicas. Paulatinamente, as ilegalidades vão se seguindo umas às outras, até que a confiança reste minada, intensificando conflitos que, uma hora ou outra, desencadearão processos violentos.

Pela sua própria natureza, a construção de uma política de segurança urbana passa por uma reestruturação e requalificação dos instrumentos e mecanismos fiscalizadores da municipalidade. Sua atuação deve se basear em marcos legais claros e publicamente reconhecidos. Sua eficiência deve ser garantida por uma gestão profissionalizada, orientada segundo metas, prazos, estratégias bem definidas e acompanhamento de resultados. A construção desses instrumentos tem de ser

prioridade, tendo em vista tanto as necessidades quanto as novas tecnologias disponíveis na atualidade para o aperfeiçoamento da gestão municipal.

Ações

- Criação do Centro de Operações da Prefeitura do Recife. O Centro vai reunir todos os órgãos operativos do poder público municipal;
- Criação das Unidades Integradas de Ordem Pública, que centralizam os órgãos operativos e de fiscalização da prefeitura (SECON, Vigilância Sanitária, CSURB, Guarda Municipal etc.), os quais, por sua vez, passarão por um processo integral e continuado de formação e aperfeiçoamento profissional;
- Retirada de bares, quiosques, barracas e fiteiros que vendam bebida alcoólica e cigarros em um raio de 100 metros das escolas do Recife, dando cumprimento à Lei estadual 10.454/1990;
- Realização de operações integradas voltadas para o controle da poluição sonora;
- Ordenamento e fiscalização dos mercados populares do Recife;
- Ordenamento e fiscalização do comércio ambulante;
- Potencialização da fiscalização dos pontos informais de bebida alcoólica;
- Criação do Comitê Municipal de Prevenção aos Acidentes de Trânsito para garantia das informações, aprimoramento das políticas públicas e tomada de decisões pelos gestores;
- Recolhimentos de animais de grande porte em vias públicas.



6.3 MOBILIDADE E CIDADANIA

A mobilidade nas grandes cidades é um dos temas que mais tem exigido esforços dos gestores públicos, sobretudo no Brasil, que tradicionalmente privilegiou o transporte individual. Priorizar o transporte público, incentivar o respeito ao pedestre, humanizar o trânsito, monitorar os pontos de risco de acidentes e abrir espaço para ciclovias e ciclofaixas são algumas das ações que o Pacto pela Vida do Recife vai focalizar para distensionar o deslocamento cotidiano da população.

Ações

- Recuperação das calçadas para melhorar a mobilidade dos pedestres do Recife, considerando a inclusão das pessoas com deficiência e dos idosos;
- Implantação de 76 quilômetros de ciclovias e ciclofaixas;
- Reestruturar o sistema viário e de transporte coletivo com foco nos principais corredores da capital pernambucana;
- Reestruturar os acessos e principais ruas dos 13 bairros mais vulneráveis à violência;
- Campanhas e ações de rua voltadas para a humanização do trânsito e o respeito aos pedestres e ciclistas;
- Adoção de uma postura preventiva da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) por meio da otimização de recursos e profissionais com a ampliação do videomonitoramento em todo o município.



6.4 GUARDA MUNICIPAL

Fundada em 1893, a Guarda Municipal do Recife (GMR) tem um papel fundamental no plano municipal de segurança. Os profissionais da GMR atuarão na prevenção da violência, na segurança do patrimônio público municipal, no controle urbano e no ordenamento do trânsito.

Ações

- Abertura de concurso público e aumento do efetivo para 2.500 profissionais;
- Reforma da sede;
- Reequipamento;
- Estabelecimento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos;
- Elevação do piso da categoria de nível básico para nível médio;
- Criação do Programa de Formação Contínua, incluindo temáticas de respeito aos direitos humanos e combate à discriminação racial, de gênero e homofóbica;
- Ampliação da presença da GMR nas praças, parques, mercados e equipamentos públicos do Recife;
- Capacitação do efetivo para prestar informações à população e aos turistas;
- Criação de grupo especial de ciclopatrolha para atuar nas Praias do Pina e Boa Viagem e na ciclofaixa;
- Restruturação da Ouvidoria da Guarda Municipal.





7 EIXO TEMÁTICO II PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

A requalificação dos espaços públicos é essencial para a restauração da convivência na cidade. Mas as melhorias na forma como a cidade trata o cidadão passam por serviços públicos diretamente ligados à população, fortalecendo uma relação ao mesmo tempo íntima e profissional, a fim de que cada indivíduo possa ser atendido na exata medida de suas necessidades. Isso é possível por meio do investimento em estruturas capazes de fornecer tanto espaços de convivência comunitária, quanto serviços de qualidade para as populações mais vulneráveis.

Por outro lado, a consolidação de um modelo de cidade capaz de fornecer segurança e qualidade de vida para os cidadãos não pode estar dissociado de uma atenção especial para aqueles grupos e subgrupos particularmente vulneráveis à violência. Para isso, é necessário atuar sobre as causas que levam as mulheres e os homens a se envolverem como protagonistas ou vítimas de processos violentos.

7.1

INTEGRALIDADE PREVENTIVA E TERRITORIALIDADE

Em que pesem as diversas semelhanças, os processos de produção, sustentação e manutenção da violência são distintos e, muitas vezes, particulares. O que faz um indivíduo ou território mais vulnerável que outro é uma combinação fortuita de fatores que podem ser isolados e desagregados analiticamente. Isso só é possível, no entanto, por meio da construção de indicadores claros, capazes de fornecer instrumentos para a construção de prioridades e estratégias de intervenção adequadas a cada caso.

O ponto de partida nesse sentido passa diretamente pelo enfoque territorial. Essa ênfase vai muito além do caráter geográfico, concebendo o território como parte de uma concepção dinâmica, transformada continuamente em virtude das interações entre os atores sociais. Dessa forma, é possível incorporar de maneira substancial as características de cada localidade, nos seus aspectos geográficos, ambientais, econômicos, culturais, sociais e identitários, na compreensão dos problemas de insegurança, que sempre respondem a diversas tipologias, segundo lugares específicos e espaços sócio-demográficos particulares.

Ações

- Construção de cinco unidades do Centro Comunitário da Paz (COMPAZ), equipamento destinado a toda a comunidade, mas com especial atenção à juventude, voltado para o fortalecimento da cidadania, prestação de serviços públicos e qualificação profissional;
- Criação dos Planos Comunitários de Desenvolvimento, Segurança Urbana e Prevenção da Violência, que envolverão diretamente a sociedade civil das áreas e comunidades mais vulneráveis à violência da cidade na construção de pactos locais voltados para a resolução das demandas da população, que integrem a participação popular na gestão dos territórios.
- Criação de novas unidades dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), com o objetivo de ampliar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Fortalecimento da rede de bibliotecas comunitárias do Recife, com investimentos em infraestrutura e auxílio técnico-administrativo para o incremento da gestão desses equipamentos sociais;
- Criação do Sistema Municipal de Informações de Prevenção da Violência;
- Criação da Gerência de Análise Criminal e Prevenção da Violência, no âmbito da Secretaria de Segurança Urbana, responsável pela coleta e sistematização das informações relativas às situações de risco nos bairros e comunidades mais vulneráveis à violência da cidade;
- Mapeamento e monitoramento permanente das chamadas cenas de uso do crack na cidade do Recife, considerando a incorporação das especificidades territoriais, para implementação das ações dirigidas aos usuários de crack no plano da proteção, da assistência e da redução de danos.
- Fortalecimento da rede de atenção básica com ampliação da cobertura dos serviços e intensificação das ações de abordagem à violência, álcool, crack e outras drogas.

7.2

FOCO NA JUVENTUDE

As estratégias voltadas para a prevenção secundária focam particularmente aqueles jovens que têm ou possuíram alguma espécie de envolvimento com atividades criminosas, mas que não se encontram diretamente comprometidos com a Justiça. Isso implica desenvolver alternativas capazes de lhes mostrar outros modos de vida possíveis e um meio claro de se chegar até eles, o que só é possível se o que se oferece vai ao encontro de suas identidades e preferências pessoais. Para isso, são necessárias políticas que valorizem o potencial inovador e positivo desse segmento da população, fornecendo novos padrões de referência que sirvam de base para a constituição de identidades ao mesmo tempo autênticas e integradas às comunidades nas quais estão inseridas.

Ações

- Atividades de tempo integral no COMPAZ especialmente voltadas para jovens com antecedentes de envolvimento indireto com atividades ilícitas, incluindo capacitação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho, esporte e lazer, atendimento psicossocial e reforço escolar;
- Realização de atividades comunitárias no COMPAZ, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, envolvendo diretamente a juventude nos debates e processos de mobilização popular;
- Atendimento psicossocial e acompanhamento às famílias de jovens em situação de vulnerabilidade social, com ênfase em antecedentes de envolvimento indireto com gangues e redes criminosas.
- Estabelecimento de parcerias com o governo estadual, clubes e entidades privadas (SESC, SESI e SEST) para a utilização dos seus equipamentos esportivos, a fim de descobrir novos talentos entre a juventude das comunidades mais vulneráveis à violência;
- Destinação de vagas do Bolsa Atleta Municipal para jovens de comunidades mais vulneráveis à violência que se integrem em atividades esportivas de alto rendimento nas unidades do COMPAZ;
- Apoio às iniciativas locais da sociedade civil voltadas para a juventude das comunidades mais vulneráveis à violência.
- Intensificação das ações de saúde na escola voltadas à prevenção da violência e uso indevido de álcool, crack e outras drogas.

7.3

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA

Os altos índices de crimes de proximidade no Recife apontam para a necessidade de construir instrumentos que interrompam a evolução de conflitos interpessoais que geralmente envolvem pessoas que se conhecem ou compartilham o mesmo espaço cotidianamente. Ao invés de transformar todas as disputas da comunidade em questões a serem resolvidas mediante a utilização da força, é necessário estimular a resolução produtiva e pacífica dos conflitos, através de instrumentos capazes de fomentar o diálogo e a conciliação, reestabelecendo a confiança da

população e reduzindo os crimes cometidos por motivos banais.

Ações

- Criação de um amplo programa municipal de mediação de conflitos, com unidades em cada um dos cinco COMPAZ, devidamente capacitadas e equipadas para atender a população das comunidades e áreas violentas da cidade;
- Estabelecimento de parcerias com o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário para possibilitar assessoria judiciária e atendimento especialmente voltados para as áreas e comunidades mais vulneráveis à violência.

7.4

CIDADE SEGURA PARA AS MULHERES

O conceito de cidades seguras para as mulheres envolve o desenvolvimento de ações em diferentes frentes, de acordo com as demandas específicas e as potencialidades de cada Região Político-Administrativa (RPA), com o objetivo de prevenir e enfrentar a violência de gênero nos âmbitos público e privado, a partir de quatro pilares estruturantes: (1) prevenção a partir de campanhas informativas e educativas em vários espaços da cidade; (2) atendimento direto à mulher em situação de violência doméstica e sexista; (3) fortalecimento sociopolítico e econômico das mulheres; (4) abrigamento das mulheres em situação de risco de morte.

Ações

- Implantar seis Centros Municipais da Mulher, um em cada RPA do Recife;
- Fortalecimento das ações de prevenção às mulheres vítimas de violência e usuárias de crack, álcool e outras drogas por meio da realização de campanhas como *Nem com uma Flor* específicas para cada RPA.
- Cadastramento e escuta das organizações de mulheres ou lideradas por mulheres em cada RPA;
- Instituição da temática de gênero na concepção e requalificação dos espaços públicos, a partir de estratégias para prevenir a violência contra as mulheres;
- Elaboração de projetos de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de mulheres e meninas;
- Criação da ouvidoria da mulher;
- Cursos de formação voltados para o empoderamento das mulheres;
- Identificação das motivações que causaram a morte de mulheres nas comunidades;
- Implementação da notificação obrigatória com relação à violência contra a mulher nas unidades de saúde (PSFs, UPINHAs e UPAsEs).



7.5

ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O valor do esporte para a formação de cidadãos é amplamente reconhecido. Parte disso decorre do potencial econômico e social do esporte como profissão, capaz de dar um destino e um sentido para a vida de muitos indivíduos nas sociedades modernas. Também existe o reconhecimento da importância das atividades esportivas para a saúde da população. Por outro lado, o esporte também ensina como se portar diante de regras definidas, como direcionar os próprios impulsos em direções socialmente desejáveis e como se deve trabalhar de maneira colaborativa tendo em vista a viabilidade da relação social que se constitui no momento mesmo em que se joga, independentemente de vencedores ou perdedores.

Da mesma forma que o esporte, o lazer é um dos bens primários que compõem a qualidade de vida em uma sociedade. As iniciativas voltadas para o lazer dos cidadãos não visam somente ao usufruto de um espaço de tempo livre para ser preenchido com qualquer tipo de atividade sem nenhuma conexão com a comunidade como um todo. Existe um ideal de lazer publicamente defensável que deve ser estimulado do ponto de vista da administração municipal, que tem relação direta com determinadas atividades e não passa pelo mero usufruto do tempo livre, como se isso *per se* constituísse um ganho para os indivíduos e para toda a sociedade.

Tudo isso converge em ações especialmente voltadas para a educação da cidadania, que envolvam a prática de esportes, o desenvolvimento de atividades culturais e um olhar especial para a formação dos cidadãos nas escolas, com o objetivo de criar uma atmosfera de cultura cidadã no Recife, criando um novo parâmetro de convivência e relacionamento das pessoas entre si e delas com a cidade como um todo.

Ações

- Criação e manutenção permanente de espaços públicos para a prática de esportes, a exemplo dos cinco COMPAZ, das Academias da Cidade, dos parques e praças da cidade;
- Requalificação de campos de várzea das comunidades e bairros mais vulneráveis à violência da cidade;
- Ampliação do horário de funcionamento dos equipamentos esportivos municipais, atingindo maior número de pessoas;
- Presença de profissionais especializados nesses espaços (educadores físicos, nutricionistas, fisioterapeutas etc), inclusive estimulando os estágios de universitários, em especial oriundos das universidades públicas e bolsistas do ProUni Municipal;
- Investimento na aquisição de equipamentos esportivos e paraesportivos para as escolas;
- Integração das escolas a equipamentos esportivos em seu entorno, quando estas não dispuserem de espaço próprio;



7.6 POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Promover a igualdade de acesso aos serviços públicos e benefícios sociais para os segmentos excluídos da população faz parte das prioridades da política de segurança urbana do Pacto pela Vida do Recife. Pessoas com deficiência, população LGBT, negra e idosa terão canais diretos de interação com a prefeitura e mecanismos de fortalecimento de sua identidade e dos seus direitos.

Ações

- Criação do Núcleo de Monitoramento da Violência Contra a Pessoa Idosa;
- Operacionalização do Plano Integrado de Atenção à População de Rua;
- Criação do centro de referência municipal de combate à homofobia, para atendimento das vítimas de violência, preconceito e discriminação, assim como de seus familiares;
- Fortalecimento do acesso das minorias aos serviços públicos municipais através das gerências de Igualdade Racial, Livre Orientação Sexual e da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.





8

EIXO TEMÁTICO III

RECUPERAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO

Entre as dinâmicas sociais que, associadas às variáveis clássicas da vulnerabilidade social, podem levar os indivíduos ao protagonismo ou à vitimização criminal, o ingresso em carreiras criminosas ocupa um lugar fundamental. A lógica por trás do crime é sempre uma lógica de retroalimentação, marcada pela deterioração da confiança, pela transformação da identidade, pelo ingresso em outras redes de convivência e pela aquisição de determinadas habilidades necessárias para o cometimento de crimes.

A dependência química e o consumo de drogas ilícitas, com destaque para o crack, também implicam dinâmicas diretamente ligadas a processos violentos. Não somente os dependentes químicos em estágios mais avançados da doença se tornam propensos ao cometimento de pequenos crimes de roubo, agressão ou furto, tendo em vista a necessidade de dinheiro para aquisição da droga, como também se tornam vítimas em potencial devido ao rompimento com os laços comunitários, às dívidas contraídas com o tráfico e à ação de grupos de extermínio.

8.1

**INTERRUPÇÃO DE CARREIRAS CRIMINOSAS
E REINserÇÃO SOCIAL**

O ingresso em uma carreira criminosa pode ser motivado por razões financeiras, mas também pode seguir como consequência da entrada do indivíduo nas redes de determinados grupos engajados em atividades criminosas. Do primeiro crime ao último, costuma existir uma cadeia de causalidades perversas que contribui para a consolidação dos chamados “criminosos contumazes”, isto é, aqueles indivíduos que concentram grande parte dos crimes violentos em determinados contextos. Geralmente, o medo da vingança ou retaliação constitui o primeiro sentimento a se arraigar no caráter dos sujeitos que ingressam nessas trajetórias, o que leva a uma deterioração geral de suas redes de convivência. A necessidade de andar armado é quase uma consequência natural dessa desconfiança generalizada, o que só favorece o cometimento de mais crimes.

Por outro lado, o desenvolvimento de mecanismos psíquicos envolvidos na eliminação da culpa, que usualmente envolvem um esforço para reduzir o desconforto causado pelas contradições internas entre a prática e a inteligência moral, resulta em mudanças de comportamento ou justificação racional dos atos violentos. Dessa forma, as motivações que levam ao crime, por mais irracionais que pareçam, vão se naturalizando na mente dos sujeitos, facilitando ainda mais o cometimento de outros crimes, numa lógica perversa de retroalimentação.

Quando cometer crimes se torna fácil, o indivíduo encontra apoio em redes criminosas que compensam a exclusão dos antigos vínculos comunitários de solidariedade. Passa a fazer parte de um grupo que lhe presta reconhecimento, laços de amizade, recompensas financeiras e proteção contra eventuais inimigos.

Tendo em vista as diferentes dinâmicas que operam no desenvolvimento de carreiras criminosas, a eficiência das políticas públicas de reinserção social de tais sujeitos, iniciadas quando do ingresso no sistema prisional ou no sistema socioeducativo, está diretamente ligada à capacidade de intervir nessas três dimensões – psicológica, social e econômica. Daí a necessidade de uma política pública transversal e integrada, calcada em informações confiáveis, com mecanismos eficazes de acompanhamento e monitoramento da evolução de cada caso.

Ações

- Criação de projetos com enfoque no atendimento pós-FUNASE, com capacitação profissional para os jovens e encaminhamento para o mercado de trabalho;
- Incorporação de egressos da FUNASE no corpo de funcionários do COMPAZ como arte-educadores, mobilizadores comunitários e auxiliares administrativos e de conservação;
- Incorporação dos egressos da FUNASE em projetos municipais de arte-educação e orientação do trânsito e controle urbano;
- Criação de incentivos tributários para empresas que invistam na contratação de egressos da FUNASE e do Sistema Prisional;
- Fortalecimento do programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços Comunitários para adolescentes em conflito com a lei, desenvolvido pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- Elaboração de projetos com enfoque na responsabilização de homens autores de violência contra mulheres.

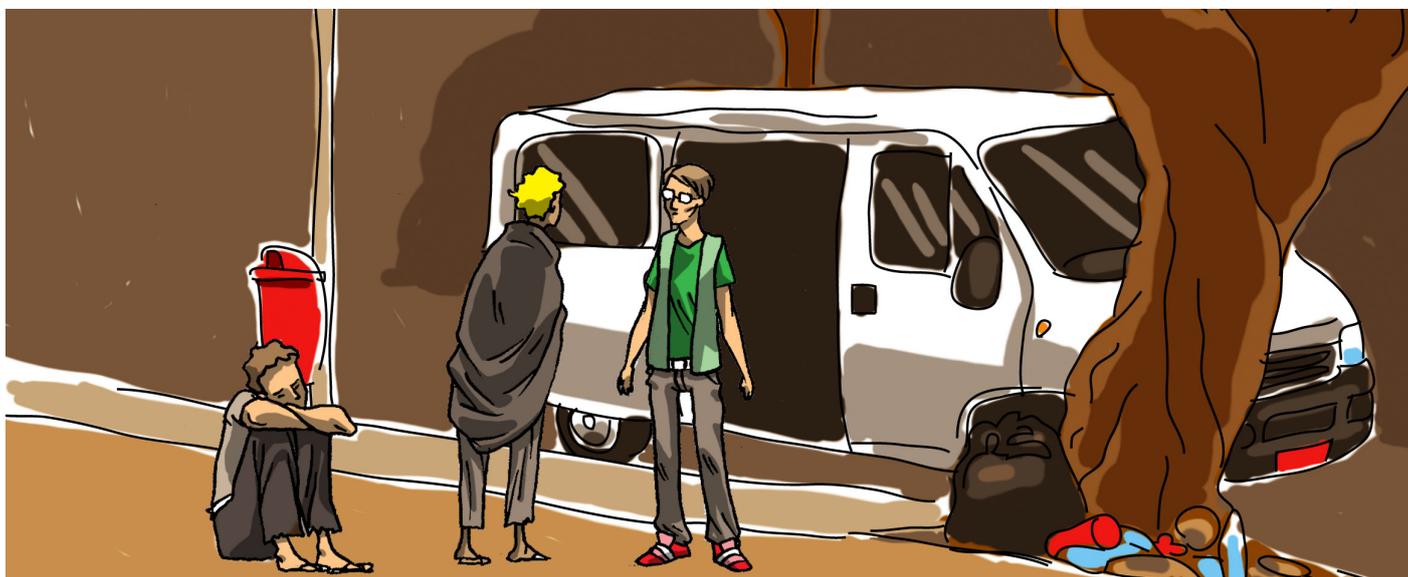
8.2 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

A dependência química causada pelo crack, pelo álcool e outras drogas também implica o ingresso em cadeias perversas de causalidade que levam ao crime e à vitimização. Ao desemprego que resulta da incapacidade para o trabalho costuma se seguir o rompimento com os vínculos familiares e comunitários por parte de pessoas naturalmente despreparadas para lidar com os problemas do usuário. À falta de dinheiro para aquisição da droga costuma se seguir a mendicância ou o cometimento de pequenos delitos, o que só contribui ainda mais para a deterioração da personalidade dos sujeitos. O endividamento e o incômodo que a presença dos dependentes químicos costuma causar nas comunidades muitas vezes leva à vitimização dos mesmos da parte de traficantes ou grupos de extermínio.

Por isso, as políticas públicas voltadas para a redução da violência e criminalidade geradas pelo consumo de drogas precisam operar tanto na atenção integral aos usuários de drogas e seus familiares quanto no desenvolvimento de estratégias preventivas eficazes, voltadas para afastar a população e as gerações mais jovens do consumo de drogas lícitas e ilícitas.

Ações

- Criação e implementação do Plano Municipal de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, construído por um comitê envolvendo várias secretarias da Prefeitura do Recife e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;
- Criação do programa Atitude Municipal, que vai complementar as atividades desenvolvidas pelo programa Atitude, do Governo do Estado, intensificando as abordagens nas ruas e também o acolhimento e apoio aos usuários e seus familiares, incluindo ações específicas para as usuárias;
- Fortalecimento da rede de saúde para atendimento aos familiares e usuários de crack e outras drogas, por meio da ampliação dos serviços incluindo novos CAPS AD para funcionamento 24h, Consultórios na Rua, Unidades de Acolhimento e leitos integrais na rede hospitalar;
- Criação do Programa Trinta Segundos Contra o Crack, com o objetivo de estimular a produção e circulação de mídias voltadas para a prevenção ao uso das drogas;
- Estabelecimento de parcerias com a sociedade civil organizada para o desenvolvimento de ações voltadas para o tratamento de usuários de drogas.



8.3

ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

As vítimas de violência não costumam ser alvo especial da atenção de políticas públicas de segurança. Contudo, muitas vezes, o enfoque demasiadamente centrado na figura do criminoso impede o reconhecimento da continuidade dos mecanismos sociais envolvidos na vitimização que continuam operando mesmo após o fato consumado. Não somente as dinâmicas relacionadas com sentimentos de vingança e ressentimentos da parte de familiares podem desembocar em novos crimes violentos, como também a vulnerabilidade das vítimas e de seus familiares só aumenta após a ocorrência de tais crimes.

Ações

- Atendimento psicossocial especialmente voltado para as vítimas de violência nas unidades do COMPAZ, visando à redução dos danos causados pelos eventos criminais, a inserção no mercado de trabalho e iniciativas voltadas para as crianças e os jovens;
- Criação de mais unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e requalificação das unidades existentes na cidade do Recife;
- Fortalecimento e estruturação dos Conselhos Tutelares da cidade.





9 EIXO TEMÁTICO IV PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURA CIDADÃ

A criação de novos parâmetros de convivência na cidade do Recife deve passar necessariamente pela promoção da cultura cidadã, combinada a uma nova concepção do ordenamento urbano da cidade e da aplicação de mecanismos garantidores da utilização produtiva dos espaços comuns. Nada disso, entretanto, será possível sem uma participação direta da população. A história do crescimento da violência no Brasil é também a história da degradação da convivência e do esvaziamento dos espaços públicos. Paulatinamente, a rua, a praça e o parque deixam de ser locais de encontro e interação e se tornam sinônimos de risco e insegurança.

A valorização da cultura cidadã é essencial na reversão desse cenário. Ela envolve um reconhecimento público das virtudes próprias da cidadania, que devem ser estimuladas na cidade. Se não houver decisão coletiva no sentido de retomar a cidade e de produzir novas maneiras de relacionamento interpessoal e dos indivíduos com o espaço público, não haverá transformação substantiva da realidade.

9.1

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA ATIVA

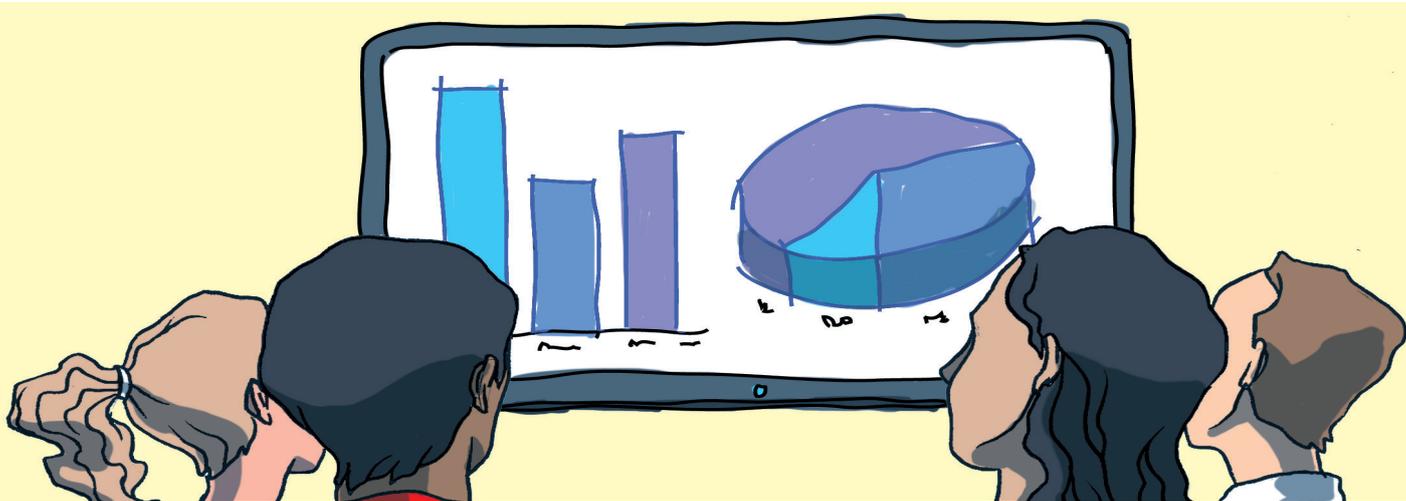
A participação popular é essencial para o processo de retomada dos espaços públicos da cidade. O estabelecimento de uma cultura verdadeiramente cidadã não será possível se a população não voltar a acreditar no valor da convivência nos espaços públicos como locais de reciprocidade, aprendizado e sociabilidade. O parque, a rua e a praça não podem mais ser meros paliativos na falta de recursos financeiros para frequentar centros privados de entretenimento. As gerações mais antigas precisam reaprender o valor da interação com o próximo. As gerações mais jovens precisam desfrutar da expansão de horizontes decorrentes de uma convivência comunitária pulsante, variada e positiva.

Por outro lado, se o processo de reconquista da cidade exige uma boa dose de voluntarismo, a construção de uma nova cidadania não pode prescindir de estímulo. Isso só é possível quando a boa convivência e o respeito às virtudes socialmente desejáveis são devidamente honrados, possibilitando o reconhecimento mútuo e a convivência plena. Também passa pelo rompimento de certos hábitos negativos da nossa cultura atual. As infrações das leis e regras estabelecidas precisam ser sancionadas pelas instituições oficiais responsáveis pelo controle social, mas também é necessário estimular a sanção comunitária, muitas vezes mais eficiente que a punição pura e simples. Existe uma causalidade necessária entre o desrespeito às regras de convivência e os conflitos sociais, e entre estes e os crimes mais sérios, que não pode mais ser ignorada no debate público da cidade.

Ações

- Criação de mecanismos de escuta permanente, diretamente ligados ao Comitê Gestor do Pacto Pela Vida do Recife, integrando o modelo de participação social da cidade com a gestão da política pública de segurança urbana e prevenção da violência;
- Criação de um programa que estabelece mecanismos de premiação para as comunidades mais engajadas na luta contra a violência, no aumento da solidariedade, da reciprocidade, do associativismo e da capacidade de realizar valores comuns, a partir de indicadores claros e definidos, passíveis de acompanhamento e controle social;
- Criação de parcerias com a iniciativa privada voltadas para o financiamento de projetos de segurança urbana e prevenção da violência;
- Fortalecimento dos canais de participação social através dos Conselhos de Direitos e Conferências.
- Criação de escritórios descentralizados para monitoramento das ações em cada região da cidade, com a presença regular do Prefeito;

**A VIOLÊNCIA NÃO
É UM PROBLEMA
SOMENTE DA
POLÍCIA.**



10

MODELO DE GESTÃO

A construção de uma política pública municipal de segurança urbana e prevenção da violência passa diretamente pela consolidação de um sistema de gestão único, focado em metas, prazos e resultados bem definidos, capaz de administrar de forma eficiente os recursos disponíveis, profissionalizando o gerenciamento da cidade.

O aperfeiçoamento da gestão municipal passa pelo estabelecimento de uma metodologia racionalizada do trabalho e da utilização dos recursos disponíveis, a partir da definição de metas específicas para cada setor da prefeitura. Toda gestão se compõe de um grupo ou sistema de tarefas interligadas, que utilizam os recursos disponíveis para obter determinados resultados, tendo em vista uma série de objetivos definidos de antemão, cuja transformação deve adicionar valor e criar resultados mais úteis e eficazes para a cidade.

A definição de uma metodologia também implica a construção de instrumentos que garantam sua execução, que deve ser controlada e monitorada, partindo de uma padronização única. Isso não é possível sem conhecimento técnico, diretamente calcado na análise científica da realidade. E tampouco sem um elemento de liderança forte, capaz de acompanhar de perto o andamento da gestão, garantido às pessoas mais capacitadas nas posições mais importantes, um corpo técnico devidamente treinado, um bom clima de trabalho e a definição de recompensas para os gestores e funcionários engajados no bom funcionamento da administração municipal.

Na gestão pública, tais aperfeiçoamentos devem estar diretamente associados com a construção e aprimoramento dos instrumentos de participação e controle social. Nesse ponto, é preciso superar o preconceito que vê uma dicotomia entre os paradigmas de eficiência da gestão e os processos participativos na construção de políticas públicas. Só com o envolvimento da população a gestão é capaz de definir metas que reflitam anseios públicos da sociedade, além de instrumentos administrativos baseados na compreensão direta da realidade.

Pensando nisso, o Pacto Pela Vida do Recife integra toda a política pública de segurança urbana e prevenção da violência num único modelo de gestão, coordenado pelo prefeito, a partir da integração permanente com a sociedade civil.

10.1 COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA

O Comitê Municipal de Governança do Pacto pela Vida do Recife é a instância governamental de monitoramento da política de segurança urbana e prevenção à violência da Prefeitura do Recife. É formado pelas secretarias municipais e pelos órgãos envolvidos em parcerias para a execução das estratégias preventivas definidas no âmbito do programa. Sua organização se dá por meio de reuniões periódicas, onde são monitoradas as metas de cada órgão, com presença do prefeito uma vez por mês. É o elemento de gestão, poder e liderança da gestão da política pública.

O Comitê trabalha diretamente com o Núcleo de Gestão por Resultados, que assessoria na formatação dos procedimentos de gestão dos projetos do Pacto pela Vida do Recife, através da definição dos gargalos, do desdobramento das metas e da construção de indicadores para a definição de prioridades, a partir das informações coletadas pela Gerência de Análise Criminal e Prevenção da Violência.

Esse modelo incorpora a experiência bem sucedida do Governo do Estado na gestão da política pública de segurança, considerando as particularidades da administração municipal. Por isso, trata-se de um modelo dinâmico, aberto para adaptações e acréscimos, conforme as necessidades da política pública de segurança urbana e prevenção da violência da Prefeitura do Recife.

Os trabalhos do Comitê são operacionalizados em quatro câmaras técnicas:

Câmara de Controle Social e Ordenamento Urbano: integra as ações de fiscalização, ordenamento e administração da Prefeitura do Recife, somadas os projetos de diversas secretarias com o objetivo de otimizar a organização da cidade, fomentando a prevenção no nível primário. Os corações dessa câmara são as Unidades Integradas de Ordem Pública e o Centro Municipal de Comando e Controle Integrado.

Câmara de Prevenção Social: engloba todo o guarda-chuva de projetos de prevenção da violência no nível secundário, com ações especialmente voltadas para as áreas mais vulneráveis da cidade. Os corações dessa câmara são os COMPAZ, equipamentos que integram ações nos mais variados eixos da prevenção nas comunidades violentas do Recife, os CRAS, os Núcleos de Mediação de Conflitos e os Centros Municipais da Mulher, as Academia da Cidade e os Consultórios na Rua.

Câmara de Recuperação de Situações de Risco: garante o andamento das ações de prevenção no nível terciário, otimizando o encaminhamento e tratamento das situações de risco para os programas e projetos do Pacto Pela Vida do Recife que compõe a rede de amparo social da Prefeitura. Os corações dessa câmara são CREAS, os CAPS AD, as unidades do Atitude Municipal e os Centros de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência.

Câmara de Participação Popular e Cultura Cidadã: tem por função garantir a presença da prefeitura nas comunidades, centralizando as ações de mobilização comunitária e promoção da cultura cidadã. Estão diretamente ligadas ao modelo de participação social da cidade.

10.2 INTEGRAÇÃO E TRANSVERSALIDADE

A integralidade das ações do Pacto Pela Vida do Recife é garantida pelo diálogo e gestão coordenada das estratégias preventivas e de segurança urbana. Nesse sentido, a Prefeitura do Recife ocupa um lugar fixo no Comitê de Governança do Pacto Pela Vida do Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Urbana. Da mesma forma, promove, por meio da Secretaria de Assuntos Jurídicos, da Defensoria Pública Municipal, da Secretaria de Relações Institucionais,

da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, da Secretaria da Mulher e da Secretaria de Saúde, um diálogo permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público e os diversos projetos de prevenção da violência do Governo do Estado, participando semanalmente das reuniões das câmaras técnicas responsáveis por ações que se relacionem com a gestão municipal.

10.3 ESTABELECIMENTO DE METAS E TERRITORIALIDADE

Todo o modelo de gestão do Pacto Pela Vida do Recife se assenta numa meta precípua: a redução anual da taxa de crimes violentos letais intencionais na cidade em 12%. Ao acompanhar a meta estabelecida pelo Governo do Estado para o Pacto Pela Vida estadual, a Prefeitura do Recife pretende não só oferecer apoio ao ciclo positivo de mudanças relacionado ao desenvolvimento de Pernambuco, como também intensificar os processos de redução do crime e da violência na cidade, que muitas vezes significaram uma redução ainda maior do que a meta definida para Pernambuco como um todo, e que podem e devem melhorar ainda mais com uma participação direta do município.

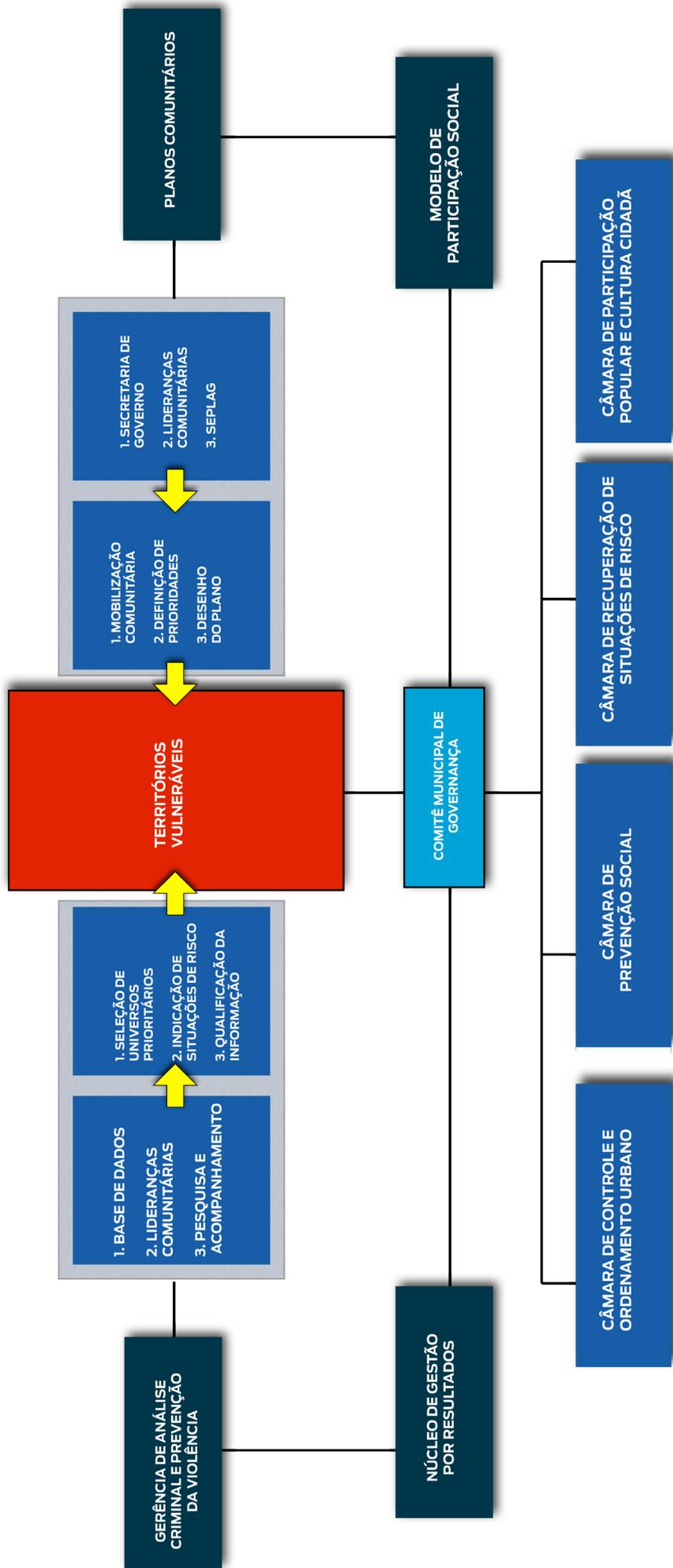
Isso só será possível na medida em que a implementação e o monitoramento das ações do Pacto Pela Vida do Recife obedecerem à lógica da territorialidade. Cada comunidade, cada bairro e cada vizinhança vulnerável à violência, em que pesem as semelhanças em comum, possui características próprias que contribuem de maneira diferencial para a sustentação, produção e manutenção de processos violentos, necessitando, por isso mesmo, de uma visão e uma atenção diferenciada do poder público.

10.4 PLANOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA URBANA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Nesse sentido, a participação social é essencial no âmbito da gestão focada no território, não somente tendo em vista a necessidade de conhecimento das verdadeiras demandas da população, como também no que tange aos próprios resultados da política pública, que depende diretamente do engajamento da sociedade civil. Por isso, um dos projetos essenciais para o funcionamento do Pacto Pela Vida do Recife é a construção de Planos Comunitários de Desenvolvimento, Segurança Urbana e Prevenção da Violência, que envolverão diretamente a sociedade civil das áreas e comunidades mais vulneráveis à violência da cidade na construção de pactos locais voltados para a resolução das demandas da população, integrando a participação popular na gestão dos territórios.

Esse é o primeiro passo para o desenvolvimento de um planejamento racional do território, que importa em coordenação de atividades humanas no tempo e no espaço, com base em conhecimentos e saberes localizados a respeito do lugar, da cultura, do trabalho e do povo. Passa pela transformação e re colocação de vários elementos do ambiente total, com o propósito de potencializar a prestação de serviços, o que muitas vezes implica a construção de estruturas adequadas, capazes de alojar as atividades da comunidade e assistir no desempenho de todas as funções de maneira oportuna e ordenada.

Isso implica não somente o aperfeiçoamento das ferramentas de controle social, como também a divisão de responsabilidades, a partir do engajamento direto da sociedade civil na construção de novos parâmetros de convivência e na recuperação das situações de risco próprias de cada território, além da definição das metas específicas que deverão ser contempladas no modelo de gestão do Pacto Pela Vida do Recife. Integrados diretamente com o novo modelo do Orçamento Participativo, os Planos Comunitários de Desenvolvimento visam a garantia da legitimidade, da eficácia e da efetividade da política pública de segurança da Prefeitura do Recife.



JUVENTUDE PELA PAZ NO RECIFE

